

Maria da Luz Mello

A CIDADE DO MINDELO: IDENTIDADE CULTURAL E LINGUÍSTICA
(1850 – 1975)

Dissertação de Mestrado em Linguística

Universidade do Porto

Porto / Mindelo

2010

Maria da Luz Mello

**A CIDADE DO MINDELO: IDENTIDADE CULTURAL E LINGUÍSTICA
(1850 – 1975)**

Dissertação de Mestrado em Linguística
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
sob a orientação da Prof. Ana Maria Brito

Universidade do Porto

Porto / Mindelo

2010

Dedicatória

Ao meu Filho

Pelo escasso desvelo que lhe ofereci

*Aos meus familiares, muito particularmente aos meus pais e irmãos pelo incentivo
e arrimo afectivo*

Agradecimentos

A presente dissertação originou-se de um esforço colectivo, pois não seria possível elaborar um trabalho desta natureza, sem o contributo e apoio incondicional de várias pessoas. Assim, é difícil achar palavras exactas e justas para demonstrar toda a nossa gratidão àqueles que, de uma forma ou outra, nos apoiaram.

À Professora Doutora Ana Maria Brito, minha incansável orientadora, pela disponibilidade que sempre teve e pelo modo como foi dando sugestões e indicações, clarificando ideias, acima de tudo colocando toda a sua experiência, conhecimento e apoio à disposição. Agradeço profundamente e reconheço que a sua presença foi fundamental para que este trabalho chegasse ao fim.

Sou muito grata à professora Isabel Lobo, pelo vasto contributo que deu ao trabalho e pelo incentivo que nos proporcionou no começo da elaboração da dissertação.

Ao corpo docente que dirigiu os seminários de uma forma sábia, principalmente à Professora Elvira Meia, com quem estabelecemos os primeiros contactos e, também, pela excelente orientadora que nos proporcionou, como Directora do Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Meu especial agradecimento à *Dra. Dominika Swolkien*, pelo *apoio e interesse que pôs à nossa disposição*, durante a elaboração do trabalho.

À Jandira, que na Biblioteca Municipal estava sempre disposta a dar todo o seu apoio.

À Maria da Luz (Bia), do arquivo histórico na Praia, que colocou à disposição toda a bibliografia disponível para consulta.

Aos colegas, pelos momentos partilhados durante a elaboração do trabalho.

Finalmente, a todos os que tornaram, directa ou indirectamente, possível a execução deste trabalho, os nossos sinceros agradecimentos.

RESUMO

Neste trabalho aborda-se a questão da identidade da cidade de Mindelo, através das transformações socioculturais e linguísticas de São Vicente, desde a ocupação da ilha até 1975, data da independência do país.

O texto foca em primeiro lugar aspectos contextuais, que remetem para o povoamento da ilha, para a sua importância económica para o arquipélago durante o período colonial, de como as sucessivas migrações devidas à seca e outros estrangulamentos de ordem política e social vão configurando o aspecto social e sobretudo o cultural e o linguístico.

A Cidade do Mindelo, sinédoque de São Vicente e vice-versa, ao receber os “apports” (as influências, os contributos) das ilhas que lhe estão mais próximas (Santo Antão, S. Nicolau e Boavista), conjugados com o inglês que demanda a baía do Porto Grande como interposto do abastecimento dos barcos a carvão, num período curto de tempo em processo de transculturação, apresenta uma face diferente do arquipélago.

Aqui se caracteriza esta identidade sanvicentina com base nos aspectos linguísticos, literários e culturais (ensino, imprensa, musicais e teatrais).

Palavras-chave: Cabo Verde, S. Vicente, identidade cultural e linguística, crioulo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se estudar a identidade linguística e cultural da ilha de S. Vicente, em Cabo Verde. Esta comunidade tem a sua origem nos finais do século XIX com a migração de indivíduos das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Boavista, sobretudo. Em espaço ilhéu diferente estes indivíduos iniciaram uma nova história que os pôs diante de outra realidade linguística dentro do crioulo. Acrescente-se a este panorama novo a chegada dos ingleses que exploram o Porto Grande e a Baía do Mindelo. O estudo de natureza sociolinguística focalizará esta comunidade procurando responder: a) que línguas são faladas, onde e a quem; b) descrever os usos linguísticos que a comunidade utiliza nas suas relações externas e internas. Para se alcançar este objectivo combinam-se aqui três perspectivas: uma de natureza histórica (nela se fará referência à história da comunidade, focalizando o processo de migrações internas; a segunda, de carácter etnográfico, apresenta as características socioculturais da comunidade como as suas festas, práticas religiosas e organização económica; a terceira de natureza linguística focalizará a realidade linguística dos mindelenses face à utilização da língua portuguesa.

Em todo trabalho de investigação, é necessário, como ponto de partida, o reconhecimento do problema que constitui o objecto da investigação. Esta integra uma das partes fundamentais do projecto, tendo em conta o tema a analisar e os resultados a chegar, embora, esta fase seja, muitas vezes, uma das mais difíceis.

Segundo Lakatos (1978, p. 75) "formular um problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com que nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando as suas características." Desta forma, o primeiro passo para formular o problema é identificá-lo na sua especificidade, naquilo que o torna inconfundível.

Dentro do tema escolhido para esta dissertação, inventariamos uma série de interpelações que constituirão o problema central da investigação. Sabemos que são vários os factores que interferiram na formação da sociedade mindelense: os

factores linguísticos, os físicos (escassez de recursos) os económicos, os humanos, a perda da importância geoestratégica de Cabo Verde no século XVII, e outros factores fizeram com que São Vicente tivesse uma cultura diferente das outras ilhas. Dentre esses factores, analisaremos os que directamente se relacionam com a formação do quadro sociocultural e linguístico em Cabo Verde, em particular São Vicente, tendo como objectivo responder às seguintes questões:

- Por que razão há uma diferença, a nível linguístico e cultural, entre São Vicente e as restantes ilhas?
- Que razões explicam o contraste de atitudes e comportamentos entre S. Vicente e as outras ilhas?
- Como se explicam as diferentes formas de assimilação de elementos culturais dos ancestrais africanos e europeus?

Responder a estas perguntas significará equacionar os elementos em presença no povoamento tardio em relação às outras ilhas, já durante o final do século XIX, e perceber as razões que levaram às especificidades culturais de São Vicente e à variante do crioulo aqui usado.

A partir do problema central surgem outros que complementarão o estudo durante o processo de pesquisa:

- Que factores condicionaram a mistura étnica e cultural em Cabo Verde?
- Que elementos culturais trasladados das outras ilhas foram conservados nesta, dando assim, origem a uma fisionomia original?
- Em que medida a insularidade contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura regional?

Deste problema identificado resulta a problemática da identidade linguística, conformada, no geral, nas duas grandes variantes do crioulo – Barlavento e Sotavento –, e em particular na sanvicentina. Isto equivale a afirmar que a língua crioula veicula uma identidade no geral e outra(s) no particular, compreensível

quando se coloca o ponto de vista da unidade e diversidade de uma língua, de uma cultura de uma sociedade, sobretudo isleña.

Assim, define-se a natureza desta abordagem como interdisciplinar – linguística, cultural, literária. No entanto, há que ter em conta os outros factores que complementam uma interpretação do fenómeno linguístico em São Vicente, como o cultural e o económico.

Entende-se a identidade como a maneira como os indivíduos, os grupos se revêem e se definem (Perotti, 1997), Esta definição pode também aplicar-se à língua. Num primeiro momento, o interesse primordial é a análise da variante da língua crioula circunscrita à ilha de S. Vicente.

Como veremos, S. Vicente, no conjunto da sociedade cabo-verdiana, apresenta-se como um paradigma linguístico na medida em que neste espaço se cruzaram historicamente diferentes variantes, particularmente as de Santo Antão, S. Nicolau, as variantes das ilhas de Barlavento. Última ilha do arquipélago a ser povoada, já no século XIX, S. Vicente reflectiu sempre a unidade e a diversidade da zona de Barlavento nos seus mais diversos aspectos. A sua sociedade formase já com homens livres, não sofre, como as sociedades das restantes ilhas, directamente a questão da escravatura; e beneficia do porto, por onde entram outras influências linguísticas, entre elas o inglês. É ao mesmo tempo o reflexo linguístico das outras ilhas, mas destaca-se pela maior vitalidade do crioulo em se adaptar a novas condições geográficas e sociais. A estrutura da língua crioula vai sofrendo adaptações quer a nível fonético-fonológico quer a nível sintáctico e morfológico. A nível lexical, termos rurais desaparecem dando lugar a um léxico urbano e a introdução de algumas palavras inglesas, como exemplo, *ovacote* de *overcoat*.

Na opinião de Quivy e Campenhoudt, (1992:119), "a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor maneira de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade (...) ". Os mesmos autores acrescentam ainda que "(...) um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estruturar em torno de uma ou de várias hipóteses (...) porque a hipótese traduz por definição este espírito de descoberta que concretiza qualquer trabalho científico". Por fim,

os mesmos autores ainda afirmam que "raramente é suficiente uma única hipótese para responder à pergunta de partida".

Como acima se referiu a identidade cultural e linguística de S. Vicente constitui-se a partir da confluência de diversos elementos oriundos das outras ilhas e entrando outros pelo Porto Grande, durante a primeira fase do seu povoamento. Por essa razão, as nossas hipóteses são as seguintes:

- Há razões linguísticas, culturais e de prestígio para fundamentar o facto de a variante do crioulo falada na ilha ser normalmente considerada como sendo a mais representativa do Barlavento.
- A presença inglesa e a translação de elementos culturais das outras ilhas deram origem a uma fisionomia original.
- A insularidade contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura regional.
- A variedade linguística, a literatura, o ensino, a imprensa, o teatro e a música constituem a expressão mais acabada da identidade sanvicentina.

Ao longo do nosso trabalho procuraremos atingir os seguintes objectivos:

1. Analisar o processo de formação social e cultural em São Vicente através do elemento linguístico.
2. Explicar e analisar a estrutura linguística da variante crioula da ilha de São Vicente.
3. Analisar de forma breve os veículos culturais (literários, o ensino, a imprensa, a teatro, a música), que permitiram a transmissão, generalização e consolidação dos valores identitários da ilha de S. Vicente.

O trabalho estrutura-se em três capítulos:

Capítulo I – Cabo Verde: breve panorama sociocultural

Esta primeira parte ocupa-se de temas relacionados com a caracterização regional (situação geográfica, povoamento) de Cabo Verde e São Vicente, em

particular; e das estruturas socioculturais; das forças que actuaram na formação da ilha como entidade social;

Capítulo II – O Crioulo como factor de identidade de Cabo Verde

O capítulo analisa o Crioulo enquanto fenómeno linguístico e cultural, mas sempre de forma articulada, na descoberta das inter-relações destes componentes. Apoando-se na revisão crítica bibliográfica específica (Sena Barcelos, Baltasar Lopes, João Lopes Filho, Gabriel Mariano, Gilberto Freyre, por exemplo) de modo a seleccionar as matrizes que melhor se adequam ao estudo; comparação com o Português e especificidades da variante de São Vicente. Este capítulo fundamenta-se essencialmente em São Vicente e a variante do crioulo utilizada nesta ilha.

Capítulo III – A identidade cultural e literária de S. Vicente

Este capítulo ocupa-se, essencialmente, da parte cultural e literária cabo-verdiana, com especial ênfase no período claridoso; e mostra-se como a dimensão literária e cultural (o ensino, a imprensa, a música, o teatro) colaboraram na determinação da identidade mindelense.

Seguem-se as conclusões e a bibliografia.

CAPÍTULO I

CABO VERDE: BREVE PANORAMA SOCIOCULTURAL

1. Alguns dados históricos

A história de Cabo Verde, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, complica-se com a disputa pelo domínio dos mares e com as orientações do comércio internacional. Realça-se que, este território, desde o achamento ao povoamento, desde o século XV aos nossos dias, usufruiu interesse das várias nações, pelo seu valor estratégico.

Segundo Carreira (1983), os portugueses aportaram às ilhas de Cabo Verde pela primeira vez, em 1460, e não havia sinais da existência humana. Este historiador afirma que inicialmente a intenção era povoar o país somente com brancos europeus, fazer de Cabo Verde uma região análoga à da Madeira e dos Açores, o que não foi possível.

Em 1462, os portugueses iniciaram o povoamento destas ilhas. A primeira a ser povoada foi Santiago e, de seguida, a ilha do Fogo, por volta de 1480, com o propósito de ser ponto estratégico à navegação, de assegurar a continuidade das descobertas e do comércio da Costa.

A última ilha a ser povoada foi a de S. Vicente, nos finais do século XIX. De acordo com as crónicas, a ilha de S. Vicente foi descoberta a 22 de Janeiro de 1462. Não foi de imediato habitada, isso só viria a acontecer nos finais do século XVIII não significando, no entanto, que tenha permanecido improdutiva. A presença de um capitão donatário era necessária, pois ao que tudo indica a ilha rendera em gado, sal e urzela.¹

¹ Manuel Ramos, 2003, p: 44

2. As tentativas de povoamento e evolução da população

Três séculos depois do seu achamento, algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde continuavam ainda despovoadas, entre as quais S. Vicente. Sendo assim, o estado português, no século XVIII, deu início a uma série de tentativas com o intuito de a povoar.

São Vicente é uma das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, situado no Atlântico Norte a poucas milhas da Costa Ocidental africana. O seu processo de povoamento e de colonização é “sui generis” no contexto histórico das ilhas. Foi uma das últimas a ser povoada devido a insistência dos portugueses em fazer dela uma ilha agrícola. O único recurso natural que possui é o seu Porto Grande que viria a ser explorado a partir da década de trinta do século XIX pelos ingleses no quadro da Revolução Industrial.

Ao longo do século XVIII foram instaladas várias companhias carvoeiras com o intuito de abastecer os barcos nas suas viagens transatlânticas. Rapidamente, de uma ilha quase que despovoada, São Vicente transforma-se numa das principais fontes de receita do arquipélago, facto que levou muitos ilustres cabo-verdianos a propor a transferência da capital da Praia para Mindelo. Em paralelo com o económico, a ilha conheceu um grande desenvolvimento sócio – cultural. Prova disso foi a construção de várias obras de vulto a nível nacional, como o telégrafo, o liceu, o hospital, a igreja católica que evidenciam a prosperidade da mesma.

Mas antes teve um longo período despovoada, porque, embora Cabo Verde fosse descoberto em 1460, algumas ilhas, três séculos depois, continuavam ainda despovoadas, entre as quais S. Vicente. Sendo assim, o estado português, no século XVIII, deu início a uma série de tentativas com o intuito de a povoar. 1734, data da primeira proposta de povoamento feita por um rico senhor, João de Távora, que se ofereceu para povoar e fortificar à sua custa o Porto Grande, com a condição de desfrutar dos rendimentos da ilha por um período de dez anos, no fim dos quais a entregaria ao rei. O estado português beneficiaria, pois a ocupação efectiva das ilhas iria proteger os mares do arquipélago dos corsários. Mas tal proposta não foi aceite pelo estado

português, que viu que tinha como única vantagem o facto de impedir os corsários que passavam pelos mares do arquipélago aproveitando-se do facto de a ilha estar desabitada para fazerem nela abastecimento e descansarem, sem que com isso pagassem qualquer tipo de imposto ao estado. Uma das ambições do Governo Português era consolidar o seu império colonial no arquipélago de Cabo Verde. Sendo assim, no ano de 1781, o Governo Português ordenou o povoamento das ilhas ainda desertas do arquipélago, com vista a uma colonização efectiva. Decretou-se que se “mandavam adoptar todas as providências necessárias para se povoar a ilha de S. Vicente e outros pertencentes ao governo de C. Verde, isentando-se desde logo os novos povoadores de pagarem foros das terras por espaço de dez anos, sendo os dízimos dellas pelo mesmo tempo applicados para a edificação d’ Igrejas.”² O Ministro Martinho de Mello, a dezanove de Dezembro de 1788, concretizou o decreto de 1781, ordenando ao governador a adopção de todas as providências para que se levasse a efeito o povoamento de S. Vicente, criando ao mesmo tempo condições que favorecessem a fixação de pessoas.

Nos finais do século XVIII já havia um número reduzido de habitantes na ilha que pedia um sacerdote para fazer os baptismos e registos de nascimentos. Esses habitantes teriam vindo provavelmente de outras ilhas vizinhas, nomeadamente das do norte, que podiam beneficiar dos enormes campos de pastagem para criação de gado. Existiam ainda alguns pescadores que aproveitavam das condições naturais da baía, para se fixarem em S. Vicente e criarem ali a aldeia, denominada de Nossa Senhora da Luz. Em 1790 foram enviados do Reino dois iates com quarenta e quatro casais e vários presos para povoarem a ilha de S. Vicente. Em 1795 a iniciativa teve uma base mais firme. Um comerciante da ilha do Fogo, João Carlos da Fonseca Rosado, ofereceu-se para vir povoar a ilha com cinquenta escravos e vinte casais de outras ilhas, “com a condição de que lhe seriam arrematados os rendimentos da ilha por seis anos, e todo o gado da mesma por sessenta mil reis, que lhe concederiam ferramentas, apetrechos, munições e mantimentos, que se continuariam até que houvesse colheita; que seriam isentos de foros e dízimos por dez anos; e ele por sua parte se obrigava a

² Linhas gerais da história do desenvolvimento urbano da cidade do Mindelo, ed. Fundo Nacional, Praia, 1984, p. 5

fazer Igreja e paramenta-la, e sustentar o Parocho e pagar-lhe a cõngrua por seis annos”³.

Em 1795, João Carlos da Fonseca Rosado foi nomeado Capitão - Mor da ilha. A partir de 1798 dividiram as terras livres pelos colonos e com isso a povoação até então chamada de Nossa Senhora da Luz recebe o nome de Dom Rodrigo, com uma população que contava com cerca de duzentos habitantes. O futuro mostrava-se próspero, baseado na prática da agricultura e criação de gado. Mas, infelizmente, tal não aconteceu, pois a população diminuiu para cerca de metade, devido à falta de condições que levou com que a maior parte daqueles que vieram para a ilha acabassem por emigrar. O que conduziu à ruína do Capitão-Mor, que viria a morrer em 1815 à míngua.

Com isso notou-se que o futuro dessa ilha não podia depender da agricultura, por não reunir condições para a prática agrícola, e na sequência apareceram pessoas com visões diferentes em relação à estratégia para o povoamento de S. Vicente. Aparece o governador António Pussich, que tentou dar novo impulso às tentativas de povoar a ilha de S. Vicente, virando a sua atenção para um novo centro administrativo baseado nas actividades do porto. Em 1820, a população de S. Vicente contava com cerca de duzentos e noventa e cinco almas, provenientes de famílias deslocadas das ilhas vizinhas nomeadamente de S. Antão e S. Nicolau. Em consequência disso, o governador autorizou que fosse despendida, anualmente, a quantia de um conto de reis para incentivar o crescimento da população. Dessa data em diante a povoação que até então se chamava D. Rodrigo, passou a ser chamada de Dona Leopoldina, homenageando-se assim a esposa de D. Pedro IV, Imperador do Brasil. S. Vicente foi uma das ilhas que mais dificuldades criou ao governador português no que concerne ao seu povoamento por causa das disparidades climáticas que dificultavam a permanência de pessoas. A situação foi, no entanto, superada na segunda metade de oitocentos, altura em que, dada a importância de outras condições geográficas, a saber, o magnífico porto natural de

S. Vicente começa a ganhar um grande dinamismo e os seus próprios contornos.

³Linha gerais para o Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo, pag.6

3. A influência do Porto Grande no Desenvolvimento do Mindelo

Com a revolução industrial, na segunda metade do século XVIII, as potências europeias, nomeadamente a Grã-Bretanha, sentiram-se motivadas a aumentar o mercado comercial para colocar os seus produtos industriais. É assim que chegam a Cabo Verde os primeiros hidrógrafos ingleses procurando um porto para o seu tráfico atlântico. Devido à situação geográfica de S. Vicente no meio do Atlântico, a meio caminho entre a Europa, África e América, escolheram essa cidade. Em 1827 a população aproximava-se de cento e oitenta e três habitantes, devido à dinâmica que se fez sentir no Porto Grande provocada pelo fluxo de navios que sulcavam o Atlântico. Essas condições faziam com que os habitantes da ilha encontrassem melhores condições de vida e alternativas de emprego. O número de habitantes dessa ilha continuou a crescer, o que levou o Governador Pereira Marinho a considerar o clima da ilha de S. Vicente «muito agradável e sadio», elogiando ao mesmo tempo as excelentes condições do Porto Grande, propondo que se transferisse a capital da Praia para S. Vicente. O que não se concretizou, devido a vários constrangimentos que essa medida poderia causar aos praienses, nomeadamente às despesas inerentes a novas infra-estruturas, à falta de água potável que se fazia sentir em S. Vicente, que não satisfaria as necessidades dos habitantes de uma capital. No entanto, a população dessa ilha continuou a aumentar devido a intercâmbios comerciais entre S. Vicente e as restantes ilhas do arquipélago, ao mesmo tempo que chegavam a S. Vicente alguns oficiais da marinha britânica para estudar as possibilidades de o Porto Grande servir de escala na carreira para a Índia.

Foi nessa altura que a rainha D. Maria II, por decreto de 11 de Junho de 1838, deu à povoação o nome de Mindelo. Era preciso criar condições que pudessem acompanhar o desenvolvimento da cidade, como criar cargos de juiz ordinário, de juiz da paz e de dois escrivães para os dois juízes. Era necessária a reparação da Igreja Matriz, a edificação da cadeia civil e o aterro dos cemitérios abandonados, bem como obras de reparação do porto. Com a portaria de 25 de Abril de 1851, foi criada uma botica para a venda de medicamentos, foi nomeado um Patrão – Mor na ilha com o fim de policiar o porto. Nos anos 50 de 1800

chegam a S. Vicente camponeses famintos vindos das ilhas vizinhas, o que multiplicou a população. “No ano de 1858 a povoação do Mindelo tinha crescido até 4 ruas, 4 travessas e dois largos e a população aumentado para cima de mil pessoas.”⁴ Mas a população diminuiu devido a uma explosão de cólera que se fez sentir nessa ilha, o que a reduziu para quase metade. “No dia 23 de Agosto de 1856 a ilha de S. Vicente foi atacada pela cólera morbus. Só durante o 1º mês da epidemia morreram 532 pessoas na povoação e fora da mesma 113.”⁵ Dois anos passados, a situação havia melhorado consideravelmente graças ao desenvolvimento económico e social, à venda cada vez maior que se fazia sentir à volta do Porto Grande. Em 1858, a povoação do Mindelo foi elevado à categoria de Vila. A vila continua a crescer a um ritmo muito acelerado, o que levou a que um ano depois fosse elevada a cidade em 1859.

4. As companhias carvoeiras e a sua repercussão na vida económica e social na cidade

Com a expansão política e o aumento do tráfego marítimo e trocas comerciais que se faziam sentir na Europa nessa altura, os ingleses vêem-se na necessidade de investir na modernização da tecnologia de transporte e na constituição de uma rede portuária de suporte à rápida circulação de bens, serviços e informações. É nesse âmbito que os ingleses criaram as estações carvoeiras a meio dos grandes percursos transoceânicos.

A ilha de S. Vicente em Cabo Verde foi então contemplada como um porto transatlântico, devido a sua posição geográfica, que ligava o Norte da Europa à América do Sul, e também devido às condições do porto (a sua vastidão e abrigo, as águas profundas e a ausência de baixios). É nesse sentido que o inglês John Rendall pede licença para estabelecer no Porto Grande um depósito de Carvão. E com essa iniciativa houve a instalação de várias companhias comerciais pertencentes a ingleses, entre as quais a Royal Mail Steam (1850), Patent Fuel

⁴ **Linhas gerais da história do desenvolvimento urbano da cidade de Mindelo**, ed. Fundo Nacional, Praia, 1984, p. 21 e 24.

⁵ *Id.*, p. 20

(1851), Thomas & Miller (1851), Visger & Miller (1853), Maclead & Martin (1858), Cory Brothers (1875)⁶.

É obvio que o interesse demonstrado por parte dos ingleses para com o Porto Grande veio criar optimismo nas autoridades portuguesas, perante o possível desenvolvimento da cidade. É assim que a Alfândega de S. Vicente foi elevada a categoria de Alfândega maior, pela portaria de 7 de Dezembro de 1850. Nessa altura, foi nomeado o primeiro Director da Alfândega Maior, António de Sequeira Thedim, e as funções do Chefe das Alfândegas do Círculo do Norte foram transferidas do Director da Alfândega de Boa Vista para S. Vicente em menos de um ano. No mês de Abril de 1851, houve a nomeação do Patrão – Mor da ilha de S. Vicente para o policiamento do Porto. No mesmo ano foi nomeado um facultativo para fazer visitas de controlo sanitário aos navios. Mas, apesar das medidas tomadas, as epidemias aumentaram nessa ilha e, nesse mesmo ano, houve o aparecimento da febre amarela, que atacou parte da população, ficando S. Vicente em situação precária, sem géneros alimentícios e sem médico, tendo os navios de se fornecerem de carvão com o seu próprio pessoal. É assim que o governo nomeia uma comissão de socorro e envia mantimentos.

A povoação começou a recuperar, mas em 1853 o arquipélago entrou num outro ano de seca, o que veio dificultar efectivamente essa recuperação. O governo não cruzou os braços e em 1854 nomeou comissões de socorro em todas as ilhas para prevenir os efeitos da seca. Essa iniciativa foi boa, porque já em 1856 se calculava que existiam 1400 habitantes nessa ilha. À medida que crescia a população modificaram-se as estruturas urbanas e administrativas da ilha. Surgiram as primeiras assobradadas, redes de ruas, infra – estruturas sanitárias, travessas, infra-estruturas portuárias que eram financiadas principalmente com impostos municipais de impostos e exportação, reparação de navios, contribuições do governo, o que veio a permitir assim a sua expansão e crescimento. Devido a esse crescimento, na década de 1860 e 1870, foram aforados terrenos urbanos a vários particulares que queriam construir habitações, visto sofrerem muito da falta de casas. Em 1877, S. Vicente era a única ilha onde as obras do município eram custeadas pela respectiva verba do orçamento

⁶ Manuel Ramos, 2003, p. 91

municipal. A principal fonte destes rendimentos era o imposto por tonelada de carvão de pedra importada para depósito. Aquando da instalação da companhia Cory Brothers & Co, em 1875, Mindelo já gozava de uma prosperidade considerável. Em 1889, o funcionamento do Porto Grande alcança o seu ponto máximo, ano em que se registou a entrada de 1.927 navios mercantis de longo curso.⁷

Com a instalação das companhias inglesas melhoram os conjuntos habitacionais em S. Vicente, na medida em que algumas dessas companhias construíam habitações para os seus empregados. Citamos, por exemplo, a construção do chamado “quarteirão” ou o Lombo MacLead, obras levadas a cabo pela companhia MacLead & Martin, tendo mais de cinquenta casas de habitação social, Millers & Cory, que erguem um conjunto habitacional no Alto da Companhia, onde eram instalados os seus trabalhadores vindos das outras ilhas. Mais tarde, Wilson Sons & Company criou bases sociais de apoio na ilha. As companhias inglesas empregaram cerca de 50% dos trabalhadores em toda a ilha, sendo elas detentoras de um enorme poder. Os ingleses constituem a presença estrangeira dominante mas não a única. Muitos comerciantes judeus, provenientes do Norte de África e tendo passaporte inglês e francês, chegam a S. Vicente, atraídos pelas oportunidades de realização de lucros comerciais, investindo no comércio grossista e a retalho, hotelaria e construção. Também italianos alemães e portugueses abriram representações na cidade de Mindelo, trazendo agentes comerciais, administradores, engenheiros navais e operários especializados.

Em 1879, Mindelo possuía a maior comunidade de estrangeiros existente no arquipélago. Nessa altura havia nessa cidade cento e seis “filhos do reino e ilhas adjacentes” e cento e catorze estrangeiros, segundo o censo desse ano. Sendo destes últimos oitenta e seis ingleses, catorze italianos, seis marroquinos, cinco belgas, dois americanos e um russo. Podemos assim notar uma heterogeneidade social sem paralelo no arquipélago de Cabo Verde. Apesar de Mindelo não ser uma capital política, a maior parte dos países do Atlântico com ou sem interesses

⁷ Extraído na internet, disponível em http://mundofred.home.sapo.pt/paises/pt/cabo_verde_vicente.htm

nas rotas vai possuir representação consular ou vice – consular no Mindelo: Alemanha (cônsul), Bélgica (cônsul geral), Brasil (agente comercial e vice – cônsul), Dinamarca (vice – cônsul) e outros.

Independentemente das comunidades estrangeiras residentes, a ilha recebe aqueles que chegam e partem no espaço de tempo apenas necessário para reabastecer os vapores. Essas escalas breves lançam no Mindelo marinheiros que povoam os botequins e os bordéis, e levam uma lembrança esbatida e nostálgica. Esses passeiam pela cidade com os meninos de ponta de praia, que, devido às circunstâncias, são convertidos, muito rapidamente, em cicerones. Assim, em 1900, os residentes dirigem um pedido ao ministro da Marinha e do Ultramar para que estabeleça na ilha uma instituição de ensino secundário e uma outra para a instrução das línguas estrangeiras. (cf. informações em http://mundofred.home.sapo.pt/paises/pt/cabo_verde_vicente.htm)

Assim, há propensão para contemplar a fase entre 1850 até os primeiros anos da década de 1900, como uma época nobre e de abundância generalizada na cidade de Mindelo. Contudo, a realidade não é bem isso. Durante os cerca de 50 anos em que Mindelo vive uma ficção de bem-estar: o proletário é sujeito a cargos ríspidos e muito precários, com vencimentos baixíssimos e uma inexistência total de protecção social.

5. Os ingleses e o seu dinamismo no Mindelo

Embora Cabo Verde tivesse sido formado a partir das articulações transatlânticas, da aventura quinhentista e do encontro de povos, culturas, raças anteriormente desconhecidas, não podemos falar do Mindelo sem referir a influência inglesa e a importância da presença na cidade de um grupo de britânicos. O Porto Grande não foi apenas um ponto de escala, um lugar de reabastecimento, um mercado de carvão, mas sobretudo um espaço de trocas culturais e de convivência entre os povos que por ali se cruzaram. Todas as manifestações culturais e a vivência do povo mindelense demonstram claramente uma fusão de culturas, um contacto entre grupos humanos das mais diversas

origens, mas foram principalmente os ingleses, com quem o mindelense se identificou nalguns casos nos aspectos culturais e sociais, que marcaram a ilha.

Ao cruzarem-se as diversas contribuições no espaço sanvicentino, a que mais se evidenciou foi a influência dos ingleses, que se estabeleceram aqui a partir do século XIX. Em 1838, data em que o Tenente da Marinha John Lewis adquiriu uma licença, estabeleceu-se um depósito de carvão de pedra no porto de Mindelo, a fim de abastecer os navios da referida companhia, mas que, infelizmente, foi de pouca durabilidade. Seguidamente, John Rendall, Cônsul inglês, obteve licença para estabelecer um depósito de carvão. Mais tarde outras companhias foram estabelecidas, por volta da década de cinquenta.⁸

Com a implementação das companhias carvoeiras chegou a São Vicente o primeiro Cabo Submarino, vindo da ilha da Madeira. Isto trouxe grande movimentação para a ilha, atraindo personalidades das outras ilhas e estrangeiros, porque não foram somente os ingleses que se fixaram aqui; também houve italianos, franceses, alemães e outros, que muitas vezes aportaram na ilha, a bordo de navios que faziam o trajecto Europa – África – América, servindo-se dela como ponto de escala e de abastecimento, acabando alguns por aí fixarem residência. Diferentes povos, que, mesmo de forma indirecta, deixaram bem patente na ilha traços da sua cultura, embora a inglesa prevalecesse.

Para muitos mindelenses, os ingleses significavam uma maneira de viver em condições modernas e mais avançadas e, por isso, digna de ser imitada, diferenciando-se assim dos habitantes das outras ilhas, cuja forma de viver estava mais ligada à agricultura e a uma cultura mais virada para os costumes, hábitos e mentalidade dos povos da costa ocidental africana. B. Lèza afirma que, com a sua chegada, começaram «(...) a aprender com os ingleses, a trabalhar nas oficinas de carpintagem, nas ferrarias, nos estaleiros navais, na serralharia mecânica, no carvão e em todos os ramos de actividades.»⁹

⁸ Manuel Ramos, 2003, p.91

⁹ B. Leza, Razão da amizade Cabo – verdiana pela Inglaterra, 1950, p. 48

O desporto mindelense também sofreu influência dos ingleses, pois foram eles que introduziram em S. Vicente o golf, o cricket, o football, o ténis e fundaram os primeiros clubes desportivos da ilha, dando um exemplo que foi rapidamente seguido pelos outros habitantes das ilhas. Vários hábitos e costumes ingleses entraram na vida mindelense, como por exemplo beber whisky, tomar um cocktail, beber ginger ale, beber gin and tonic, fumar cigarros, tomar o five-o'clock tea e também o vestuário. E «se esses costumes só penetravam em certas camadas sociais, pelos menos, o uso de loiças e talheres e a mudança de roupa africana para a europeia, tudo isso comprado na loja dos ingleses, tornou-se passo a passo um hábito comum»¹⁰.

Deste modo, pode-se dizer que, a permanência britânica na ilha de São Vicente foi bastante invulgar e contribuiu abundantemente para o desenvolvimento geral da cidade.

6. Estrangulamento da política socioeconómica em São Vicente

Se é verdade que S. Vicente deteve um lesto progresso, até chegar à categoria de cidade e que esta conheceu momentos de melhoria e desenvolvimento devido ao Porto Grande, não é menos verdade que ela conheceu, após isso, momentos de crise. No fim da década de 80 de 1800, o número de navios entrados no Porto Grande começa a decrescer, devido à concorrência de outros portos, nomeadamente Las Palmas, Santa Cruz de Tenerife e Dakar.¹¹ Também surge a companhia alemã Brewer & Company para fazer concorrência às companhias inglesas vendendo o carvão por um preço mais acessível em relação ao que se pratica no mercado;¹² em 1894, houve a instalação da Companhia Nacional, que baixou de imediato o preço do carvão, coagindo assim outras companhias a adoptar o exemplo. Isso fez com que o número de navios entrados no Porto aumentasse. Mas tal não veio a acontecer por muito tempo, porque a Companhia Nacional estava ligada à indústria mineira na Inglaterra e em comum acordo com as outras companhias já existentes, implantam um preço elevado ao carvão em

¹⁰ Linhas Gerais História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo, 1984, p. 62.

¹¹ CORREIA, e Silva – Nos tempos do Porto Grande do Mindelo, 2000, S / E, p. 163

¹² SILVA, António Correia e, - Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo, 2000, p. 177

comparação com o praticado em outros portos. As companhias existentes em São Vicente, também tinham representações nos portos das Canárias e para eles eram mais vantajosos os navios irem abastecer aí do que no Mindelo.

E esta diferença do preço entre C. Verde e outros portos concorrentes, nomeadamente o porto das Canárias, era bastante significativo; o preço do carvão no Porto Grande era incomparavelmente superior ao das Canárias, levando o tráfico a desviar-se para este país.

Para agravar a situação, a partir de 1900, passaram a utilizar como combustível, em vez do carvão, o óleo refinado do petróleo, deste modo, o importante porto perde grande parte da sua importância estratégica.

Esse abrandamento da procura externa foi agravado pelas divergências entre Portugal e o Reino Unido no que concerne à partilha da África, mas também por causa dos elevados impostos cobrados pelo Governo, deixando Mindelo sem condições para competirem com a concorrência.

Efectivamente, isso fomentou contínuos transtornos: inicialmente, houve uma redução de receitas fiscais e o abaixamento do nível de emprego no porto; a seguir, a crise atinge os rendimentos dos comerciantes fornecedores de bens de consumo à população, levando alguns à falência. A crise que complica as condições de saúde da classe operária, cedo ganha uma dimensão política. Segundo Correia e Silva (2000), o cenário tornou-se negro no Mindelo, as pessoas já não tinham emprego como antigamente, já não se faziam os negócios de bordo, os cicerones perderam a sua utilidade porque já não havia estrangeiros. A população fica numa interminável desventura, olhando para a baía na esperança de entrar um navio que lhes pudesse facultar um dia de trabalho.

Devido ao telégrafo que na altura já existia em S. Vicente, a aflição por que a ilha estava mergulhada ligeiramente foi conhecida pelas autoridades, na província. A crise teve impacto, de imediato, no comércio local, na medida em que houve uma contracção brusca do mercado, por causa do desemprego reinante em S. Vicente. Assim, a Câmara Municipal, comunica ao Governo, em Abril de 1891,

que cerca de dois mil funcionários acabam de ser exonerados pelas companhias carvoeiras, e que a miséria começava a assombrar a cidade.

O governo, perante tal situação, ordenou que se transferissem os desempregados para a ilha de S. Antão, mas a Câmara opôs-se, alegando que a qualquer momento o Porto Grande reconquistaria o seu prestígio e essas pessoas empregaram-se novamente.

Com a retirada da navegação, a actividade comercial diminuiu no momento em que a cidade começou a perder o seu poder de compra, provocando sérias dificuldades no abastecimento e no aumento do preço dos produtos. As receitas fiscais, como impostos municipais da fazenda e as receitas aduaneiras diminuíram, provando a fragilidade no funcionamento dos organismos administrativos no Mindelo e provocando retrocesso e desestruturação urbana.

Mesmo no século XX, nos primeiros anos, o desemprego passa a ser uma constante no seio de uma extenuada classe trabalhadora, acompanhado da visão aterradora da fome e dos reais dramas sociais, como é traduzido nos romances *Chiquinho* de Baltasar Lopes e *Galo Cantou na Baía* de Manuel Lopes.

A situação é tão delicada que, em 1917, a Câmara decide atribuir uma refeição diária aos indivíduos mais carecidos, em sessão extraordinária, situação que em vez de melhorar, tende a agravar-se mais ainda. Isso porque, são muitos os das outras ilhas que, apertados, igualmente, pela crise acabam por se deslocarem à ilha. Ainda que, no início dos anos de 1920, haja algum movimento no porto e também, em Abril de 1922 a cidade, agradavelmente, tenha recebido os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que faziam a primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Optaram por Porto Grande de Mindelo, para efectuarem uma amarração, a bordo de um hidroavião. Este movimento durou muito pouco, porque Os anos 1930 foram extremamente duros para Mindelo. O movimento de embarcações abaixou totalmente, acompanhando a Grande Depressão das economias ocidentais.

Sendo assim, o povo saiu para as ruas exigindo justiça, em Junho de 1934, clamando a sua fome e pilhando os estabelecimentos tanto do Estado como dos privados, defrontando abertamente o poder, reivindicando o direito de uma

existência digna. Posteriormente (1941 – 42; 1946 – 48), sucederam-se intensas fomes e secas provocando várias mortes.

Com essa situação que se vivia na cidade - a miséria, o desemprego, agitações sociais e movimentos grevistas - os desempregados pedem emprego e o retorno à prosperidade que tinha caracterizado essa cidade anteriormente. A única solução encontrada para todo esse conjunto de problemas é a emigração. Onésimo Silveira, num dos seus poemas, descreve esse cinzento panorama de S. Vicente: “*Cabá vapor – Cabá carvom, gente de S. Vicente pâ câ morrê de fome, tem que ba imbora pâ São Tomé! Cabá vapor – Cabá carvom (...)*”¹³ Este cenário também é relatado nas mornas, em que os habitantes dissipados pela miséria, tentaram, forçosamente, uma possibilidade de sobrevivência nas roças de São Tomé; porém, a maior parte dos que partiram não conseguiram regressar.

Só a partir de 1968, é que houve melhoria das condições de vida, devido a uma maior atenção do país colonizador pelos cabo-verdianos e com as remessas que os emigrantes dos Estados Unidos e da Europa endereçavam às famílias. Com a Revolução dos Cravos, em Portugal, e a Independência do país, muitos jovens formados e dirigentes políticos regressaram à pátria.

Vemos assim que a situação histórica do Mindelo e de S.Vicente desde o seu povoamento à independência de CV marca um percurso singular, que está na base da identidade cultural da ilha e da cidade no conjunto da situação em Cabo Verde.

No capítulo seguinte estudar-se-á a formação e a expansão do crioulo na ilha e as condições que levaram, também a este nível, à construção da variante de S. Vicente.

¹³ SILVEIRA, Onésimo – in Raízes, n.º 7/ 16, Ano IV, Praia, Janeiro de 1978 a Dezembro de 1980.

Capítulo II

O crioulo como factor de identidade de Cabo Verde

1. O crioulo – sua formação e expansão em Cabo Verde

A formação e a expansão do crioulo de Cabo Verde são aqui abordadas como pano de fundo à construção da identidade linguística de S. Vicente.

Não se pode falar do crioulo sem se reflectir sobre o que é uma língua. Assim sendo, inicia-se este capítulo com alguns conceitos de língua. Para Saussure língua é “todo o sistema específico de signos articulados, que servem para transmitir mensagens humanas”¹⁴. Este linguista admite que a língua é de carácter social, distribuída por uma comunidade que, apesar de alterar as suas convenções paulatinamente, as aceita. Saussure é de opinião que a língua “é ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir aos indivíduos o exercício desta faculdade.”¹⁵ Este linguista acredita que a língua é a parte essencial e indubitável da linguagem, um produto social da faculdade da linguagem e alguns ajustes essenciais, aceites pela sociedade que permitam o exercício dessa faculdade nos indivíduos.¹⁶

O *Dicionário Prático para o Estudo do Português* define língua como “o conjunto formado por um número limitado de signos (escritos orais e visuais) e pelas suas regras de combinação constatadas numa determinada época e num determinado lugar. A língua é um sistema de comunicação no seio de uma comunidade.” (p. 274)

Pesquisas sociolinguísticas provaram que não existe uma homogeneidade linguística, toda e qualquer língua é um conjunto heterogéneo de variedades.¹⁷

¹⁴ R. Gallisson e D. Coste, *Dicionário de Didáctica Das Línguas*, Coimbra -1983, 442

¹⁵ Ferdinand Saussure, , *Curso de Linguística Geral*, 1995, p.34

¹⁶ Cf. Ferdinand Saussure, 1995, p. 17

¹⁷ Cf. Faraco, 2005, p. 31

Considera-se, em geral, que nos agentes que levam à formação e mudança de uma língua em reestruturação se encerram factores linguísticos e sociais.

Quanto aos crioulos, muitas são as ambiguidades sobre a sua definição e a sua concepção. Com efeito, embora a investigação científica sobre os crioulos remonte ao séc. XIX, os linguistas, pelo menos até recentemente, dificilmente convergiam na sua definição. Tal ocorreu porque durante muito tempo, os estudiosos assumiram-nos como dialectos e não como línguas. Pereira (2006), afirma que os crioulos são hoje analisados como línguas autónomas, resultantes de uma forma muito especial de contacto linguístico. Para a linguista, o crioulo, de acordo com a definição mais usual, é uma língua “mestiça”, um tipo de língua que surgiu, na maioria dos casos, num ambiente de escravatura, nos séculos XVI a XIX.¹⁸

Nesta linha de pensamento, pode dizer-se que o crioulo “é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais que conduzem à aquisição de uma língua com base num modelo de língua segunda defectiva, tipo pidgin ou pré-pidgin”.¹⁹ Brito (1998), na sequência de outros autores, afirma que “os crioulos têm como origem um processo de pidginização de línguas em contacto, durante o qual se realiza uma acentuada simplificação dos sistemas linguísticos. (...) Os pidgins falados pelas comunidades locais (neste caso Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe), deram origem a uma nova língua na qual se reconhece uma base do português, mas em que a reestruturação operada levou a uma alteração profunda em todos os domínios da gramática.”²⁰ A primeira geração de escravos teve de usar uma segunda língua rudimentar, fragmentada, variável, influenciada pelas línguas maternas dos falantes, criando um pré-pidgin ou um pidgin. Neste caso, a língua lexificadora ou de superstrato foi uma língua colonial. Assim, pode-se dizer que, o crioulo pode ter surgido a partir de uma forma rudimentar de comunicação verbal, ou seja, um “pidgin”.

¹⁸ Disponível em: <http://www.decitre.fr/livres/Crioulos-de-base-portuguesa.aspx/9789722118224>

¹⁹ Ana Maria Brito, guião de *Linguística Africana, As Línguas em África* (distribuído no Mindelo em Abril 2007).

²⁰ Mateus, Maria Helena Mira, Brito, Ana Maria e Outras, *Gramática de Língua Portuguesa*, 1989, P. 28

Há várias décadas que o estudo dos pidgins vem despertando interesse dos linguistas, sobretudo a sua essência e viabilidade. O próprio conceito de “pidgin” diverge entre os especialistas do assunto. Whinnom (1974), afirma que o traço basilar do “pidgin” é a estabilidade, já Bickerton (1977), não lhe assegura esta tendência de estabilidade. Isso deve-se, principalmente a restrição de dados sobre este assunto. Naro (1978), assegura que a pidginização (redução da forma interna e externa) é a base para chegar ao sistema linguístico não padrão, o “pidgin”. Este autor aponta alguns aspectos gramaticais da língua de reconhecimento para caracterizar a pidginização, como o emprego de gestos acompanhando a expressão linguística.²¹

Para Bloomfield e Hall “O pidgin é uma língua de contacto, que surge quando povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis entram em contacto estreito, ou seja, quando têm necessidade de se comunicarem uns com os outros, como ocorreu durante a exploração do mundo pelos europeus. Como o povo dominante (colonizador) não se dava ao trabalho de aprender a língua dos povos dominados (colonizados), o que em geral acontecia era os últimos tentarem comunicar através da língua dos primeiros. Dadas as situações precárias em que isso se dava, via de regra eles conseguiam usar apenas “pedaços” dessa língua, frequentemente apenas palavras isoladas, que eram usadas sem sintaxe nem morfologia. É uma língua de emergência que tem uma gramática amplamente reduzida, sobretudo a morfologia, bem como um léxico bastante restrito”.²²

Como língua auxiliar, o pidgin não é língua nativa de nenhum de seus usuários, é um pré-crioulo, utilizando-se com o propósito de servir como língua de contacto entre povos que não se compreendem. Com a sua evolução forma-se o crioulo, que, relativamente ao pidgin, “é uma expansão na forma interna, com convergência, e uma extensão no uso” (Hymes 1971: 84).

Algumas propriedades estruturais comuns aos pidgins, segundo Baxter (1996, pp. 535-545) são as seguintes:

²¹ Naro (1978, pág. 340, 341)

²² Naro (1978, pág. 340, 341). Bloomfield (1933), e Hall (1996) citados em Hildo Honório do Couto, *A Questão da gramaticalização nos estudos crioulo*, Universidade de Brasília disponível em: <http://vsites.unb.br/il/liv/papers/gramat.htm>

1 - Tendência para uma organização da frase segundo o padrão SVO, mas com mais viabilidade de variar do que nos crioulos;

2 - Idêntica disposição para as frases declarativas, interrogativas, imperativas, mas muitas vezes com pronúncia diferente;

3- O tempo e o aspecto dos verbos são identificados através do contexto da frase, ou por advérbios em 1ª posição na F ou antes do SV, numa fase mais elaborada de desenvolvimento: *Logo nós entender vós* (Pidgin Português século XVI) (= nós entende-los-emos) *A mim loguo vay té la* (irei lá)

4 – Ausência de morfologia flexional e falta de concordância: a) falta de flexão de número: *lá tem mandioca muito* (P. Brasil); b) número indicado pela presença de numeral ou quantificador: *ol meri I cam* (todas as mulheres vieram, em que *I* é marcador de predicado) (Tok Pisin); c) uma forma única, pessoal ou não pessoal: *a mym loguo vay té la* (P. Port. s. XVI); *então eu pegá mingau* (P. Português); *então eu conversa meu língua, né?* (P. Português).

5- Sistema pronominal reduzido; ex. Pidgin Castelhana dos Piñaguero Panaré: *yo, tu, el* (3 pessoas, sem número nem género).

6- Uso reduzido de preposições, as relações gramaticais são dadas pelo contexto e pela sequência de constituintes: *yo pagando ele* (eu pago-lhe) (P. Castelhana), *demain moi retour campagne* (amanhã eu regressarei ao campo) (P. Francês).

7- Sintaxe mínima e ausência de construções complexas: *vous pas argent, moi stop travail; moi compris, toi parler* (P. Francês do Vietname).

8 - Léxico bastante reduzido: alguns têm 200 palavras, outros muito mais;

Segundo Thomason e Kaufman (1988) a pidginização é um processo de aquisição / criação em que os falantes simplificam as línguas em contacto por meio de estratégias de acomodação. O resultado é determinado pela interação das semelhanças tipológicas das línguas em contacto e restrições determinadas pelas condições universais de marcação. Os pontos menos marcados das línguas são os que são aprendidos em primeiro lugar na aquisição da língua materna. Outra ideia destes autores é a de que há mais diversidade estrutural nos “pidgins” do que se pensava.

O crioulo, pelo facto de passar a atender todas as necessidades comunicativas e expressivas de seus usuários, e não apenas as do contacto entre as etnias como faz o pidgin, apresenta uma complexificação da gramática pidgin, bem como um aumento do léxico. Essa situação sucedeu no arquipélago de Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe, em Malaca e em outros lugares de colonização portuguesa, assim como em lugares de colonização espanhola, francesa, inglesa, holandesa. Alguns dos crioulos mais conhecidos são o Papiamentu (um crioulo espanhol das Antilhas Holandesas), os crioulos do Haiti, das Ilhas Maurícias, de Guadalupe e outros (de base francesa), o “tok pisin”, o jamaicano, o havaiano (de base inglesa), entre muitos outros.

Como já se disse, os crioulos passaram por várias etapas. Baxter (1996:540), estabelece como primeiro momento o “pré-pidgin” ou “pidgin”, criado em situações especiais e urgentes de comunicação, e que teve uma rápida evolução até chegar ao protocrioulo, que se emprega como intermediário entre “pidgin” e crioulo, que é a fase posterior.

Em relação à própria palavra “crioulo”, há algumas controvérsias. O Professor Rodrigo de Sá Nogueira, analisando a etimologia da palavra “crioulo”, conclui que é um vocábulo cujo radical designa “criar” (...), mas é de opinião que “esta hipótese necessita de ser estudada”.²³

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na revista “Lições de Filologia Portuguesa”, (1945), p.242, diz que: “o crioulo ou crioulo provém de “criar”, é o animal que nasce em nosso poder (...); a cria nada e criada ao nosso pé: não comprada; (...) Daí passou a denominar a partir do século XV, o escravo nado e criado em casa do senhor, e depois de 1500, o nascido nas colónias; nascido nos continentes para onde haviam levado seus pais africanos.”

Para Brito Semedo, “o crioulo significava, primitivamente, o negro nascido na América, em oposição ao negro oriundo de África (...).

No domínio linguístico, designam-se por línguas crioulas, ou mais simplesmente crioulos, os instrumentos de comunicação de carácter vocal exercida no âmbito de uma dupla articulação linguística que resultaram da mútua interferência entre

²³ Rodrigo de Sá Nogueira, *A Língua Portuguesa*, Lisboa; 1929 - -1930, vol.I, p.90.

dois ou mais idiomas, um deles europeu e o outro ou outros não europeus, nomeadamente africanos ou asiáticos”.²⁴

No caso particular de Cabo Verde, a história do seu crioulo é bastante delicada de traçar. Isto deve-se, primeiramente, aos escassos registos escritos desde a sua formação, juntamente ao ostracismo a que foi coagido durante a regência portuguesa. Os arcaísmos abundam; é devido a essa antiguidade que Schuchardt conclui que “ele deve ser o mais antigo dos dialectos crioulos portugueses, embora todos tenham como base o português dos séculos XV e XVI, tendo no entanto sofrido alterações de função gramatical (...)”.²⁵

Davidson (1988) assegura que o grupo dominante e o subjugado, que eram bastante dissimilares culturalmente, necessitavam urgentemente de se entenderem, e para que isso aconteça, certamente, serviram-se de estratégias diversificadas. Assim, adoptaram uma alternativa que satisfez a todos, o que facultou a proximidade entre os agentes, ou seja procederam a alterações do léxico de que tinham acesso, estruturando-o, servindo-se das uniformidades e estruturas próprias das línguas maternas.²⁶

Há opiniões diversificadas sobre a origem do Crioulo de Cabo Verde. Para Baltazar Lopes da Silva, “o Crioulo de Cabo Verde não é nada mais do que, na essência, o português profundamente alterado na boca dos negros, quer na fonética, quer na morfologia, quer na sintaxe.”²⁷

Manuel Veiga (2002) afirma que a génese do crioulo de Cabo Verde perfilhou as normas de formação de uma língua (...), mas há outro princípio, o de mutação e autonomização dos apetrechos linguísticos provenientes das línguas africanas e do português do século XV, da época dos descobrimentos. Contudo, sabemos que é um crioulo atlântico que evoluiu a partir de um pidgin, até chegar à língua materna e de comunicação de todos os cabo-verdianos.

²⁴ Cf. A construção da Identidade Nacional, Manuel Brito Semedo, 2006, Praia, págs. 30 e 31

²⁵ Schuchardt, “Crítica ao trabalho de Botelho da Costa e Custódio Duarte”, in Literaturblatt, 1887, p. 134.

²⁶ Disponível em: http://www.ilttec.pt/divling/pdfs/linguas_crioulo_cv.pdf

²⁷ Baltazar Lopes da Silva, 1984, p:12

O Cabo-verdiano é um crioulo de base lexical portuguesa porque, neste caso, a língua dominante que esteve na origem da formação do Crioulo e que lhe “forneceu” a maioria do léxico foi o Português;²⁸ mas não escapou às leis próprias da formação de uma língua e à faculdade linguística inata que todo o género humano possui. (Bickerton 1977)

Existem algumas teorias sobre a formação do crioulo de Cabo Verde:

- A teoria eurogenética, defendida por Adolfo Coelho e Lopes da Silva entre outros autores. Esta teoria sustenta que a origem do crioulo é essencialmente europeia, neste caso portuguesa;
- Quint e outros autores defendem a teoria afrogenética, que argumenta a favor da base africana do crioulo, utilizando-se o léxico português e aproveitando as gramáticas das línguas africanas;
- Outros autores como Chomsky e Bickerton defendem a teoria neurogenética. Esta sustenta que o crioulo surgiu de uma forma instintiva pelos próprios naturais das ilhas, utilizando as estruturas gramaticais universais com as quais todo o ser humano nasce.
- A teoria da sociogénese baseia-se no papel das condições sociais, acentuando a importância das diversas línguas em presença.

Nas teorias referidas aquela que parece explicar melhor a origem dos crioulos e do cabo-verdiano em particular é a teoria sociogenética, pois “serve para clarificar a génese do crioulo e, conseqüentemente o cabo-verdiano, é aquela que vê o nascimento desse idioma num contexto social - imperativo contextual em que num primeiro momento se pretendia resolver problemas do dia-a-dia a partir de códigos mínimos e muito limitados- *pidgin*, para, aos poucos e com recurso a empréstimos ou adaptação, quer ao português (superstrato), quer às línguas africanas em presença (substrato), evoluir, dando assim origem a uma língua autónoma e estável.”²⁹

²⁸ Disponível em: http://www.iltec.pt/divling/pdfs/linguas_crioulo_cv.pdf

²⁹ Arlindo, Costa.

Alguns estudiosos asseguram que cerca de 99% do léxico cabo-verdiano teria advindo do português. De facto, o CCV é um crioulo de base lexical portuguesa, que emergiu em condições específicas de contacto entre línguas, neste caso, no contacto entre o português com línguas africanas.

Em Cabo Verde, o “crioulo” como substantivo designa um indivíduo cabo-verdiano; como adjectivo, é tudo o que diz respeito a Cabo Verde ou aos cabo-verdianos.

Neste trabalho, “crioulo” e “cabo-verdiano” serão usados como sinónimos, embora saibamos que existem vários crioulos no mundo. “Crioulo” é, de facto, o nome corrente da língua cabo-verdiana. Não obstante as suas importantes variações geográficas e sociais (diatópicas e diatrásticas), o crioulo é a língua materna de todos aqueles que nascem no arquipélago e é uma língua falada por quase todos os cabo-verdianos e seus descendentes que, nos países de emigração, transportam ou cultivam uma identidade cabo-verdiana. Mas é o próprio Baltasar Lopes, que assevera: "a linguagem crioula, essa, está tão radicada no solo das ilhas, como o próprio indivíduo".³⁰

O crioulo é também a língua do alento, a língua da identidade reivindicada pelos emigrantes e representa um papel dinâmico nas relações entre Cabo Verde e a sua emigração, pois todas as segundas gerações de cabo-verdianos também se expressam na língua do país de emigração e no crioulo.

2. O Crioulo de Cabo Verde como factor identitário de Cabo Verde

Baltasar Lopes, em *A construção da Identidade Nacional*, considera que o nosso crioulo é um “fenómeno cultural”, fundamental da nossa identidade, e explica porquê: “ O crioulo tem os seus domínios em que ele é como a respiração do

³⁰ Disponível em:
http://www.islasdecaboverde.com.ar/islas_de_cabo_verde/noticias/os%20exilios_na_literatura_caboverdiana.htm

povo que o criou e dele se serve como instrumento (mais rico e variável do que muitos supõem de comunicação humana (...)). Não haja a menor dúvida de que todo aquele que tentasse e, por impossível, conseguisse a 'erradicação' do crioulo, mutilaria irremediavelmente a alma do homem cabo-verdiano. Seria uma das formas do genocídio" (1956: 30).³¹

Segundo Manuel Veiga, o crioulo por si só é uma identidade; a reestruturação e a autonomização dos suportes materiais provenientes das duas fontes (a portuguesa e as línguas africanas), sejam eles lexicais ou gramaticais fazem com que o crioulo seja uma língua própria. Por isso, quem não partilha esta identidade, mesmo que conheça, profundamente, o português ou as línguas africanas originárias, não é capaz de codificar ou decodificar um discurso em CCV. Seguindo esta linha de pensamento, os 99% dos termos originários do português tiveram uma actualização, que nem sempre se harmoniza com o sentido do radical. E se a isto acrescentarmos a reestruturação gramatical operada, concluiremos que o CCV é uma língua nova, nova pela sua fonética e fonologia, nova pela sua morfossintaxe, sintaxe e semântica.

Entre as nove ilhas habitadas podemos encontrar simultaneamente factores que determinam tanto uma relação de divergência (predomínio da tradição oral, a insularidade, povoamento em momento históricos diferentes), como de convergência (as migrações inter-ilhas – ligação com outras variedades, o contacto constante com o português, povoamento com elementos endógenos). Os factores de divergências determinam a existência de múltiplas variedades, devido a dissociação geográfica, mas não uma ruptura ou divisão linguística. Por isso, Veiga (1996) afirma que há apenas um crioulo em Cabo Verde, que se altera em variedades de ilha para ilha; alteração essa que se verifica apenas a nível da superfície, a estrutura profunda mantém-se, por isso, não há embaraços de intercompreensão entre as variantes.

Verifica-se em todas as ilhas imensos traços comuns, as afinidades são muito mais do que as dissemelhanças.

³¹ Manuel Brito, 2006, pág. 72

3. Sobre a noção de identidade e de identidade cabo-verdiana

A condição histórico-social de Cabo Verde exerceu um papel fulcral na estruturação da identidade e da mentalidade do seu povo, que foi durante séculos gerido por um regime colonial e sustentado por uma sociedade escravocrata. A sua identidade forma-se muito antes da independência, remontando à época em que a língua crioula ganhou maturidade, tornando-se a língua de comunicação de todos os cabo-verdianos.

Na percepção individual ou colectiva da identidade, a componente linguística exerce um papel central para delimitar as características próprias de cada grupo humano.

A busca pela identidade ocorre quando há um encontro entre pessoas – com necessidades sociais diversas – que disputam o ajustamento de um mesmo universo simbólico às suas conveniências. Assim, isso só ocorre dentro de um universo marcado por um registo sociológico específico: o de relação social. É a partir deste que surgem as disputas. É crucial depreender esta demarcação, para que se evite uma série de confusões possíveis quanto a este assunto. Por isso, é válido começarmos a análise da identidade cabo-verdiana e sanvicentina em particular lembrando-nos da definição do conceito de relação social de Max Weber. Para o autor: “a relação social consiste exclusivamente, mesmo no caso das chamadas ‘formações sociais’ como ‘Estado’, ‘Igreja’, ‘cooperativa’, ‘matrimónio’ etc., na probabilidade de haver, no passado, no presente ou no futuro e de forma enunciável, acções reciprocamente referidas, quanto ao sentido”³². Relacionando, assim, identidade e relação social, consideraremos que a identidade é um facto social, resultado de lutas simbólicas, que poderão ter desfechos diversos, e histórico, marcado por condições específicas.

De acordo com Mesquita (2003), muitas vezes a identidade é definida enquanto relação de algo consigo mesma: “uma certa permanência ou continuidade no

³² WEBER, Max, *Economia e Sociedade*, Vol. 1, p. 16.

tempo e no espaço no interior da variabilidade contínua das estruturas dos sistemas sociais” (2003, p.106), ligada a grupos humanos particulares: “(...) que se agregam em torno de determinados símbolos, crenças, valores, interesses, concepções, representações emocionais, mitos, hábitos, rotinas que sedimentam a sua própria cultura e são fonte de critérios para a apreciação dos comportamentos e expectativas no respectivo domínio da acção.” (Mesquita, 2003, p.107-108). Medeiros (1996, p.17) vinca a questão da identidade como um *constructo*, um conceito que há muito deixou de se assumir como unitário e ressalta a aparente contradição: “à medida que os vários sujeitos e agentes se compenetraram dessa mesma multiplicidade é que o conceito de identidade passa a afirmar-se com renovada importância”.

Portanto, toda a identidade, e no caso específico, a identidade nacional tem de ser pensada como “(...) uma tarefa contínua em permanente risco de malogro, sempre provisória e inacabada” (Mesquita 2003, p.110).

Para esta concepção, o processo de formação de identidade é histórico, devendo ser analisado sob contextos específicos, e gerado por conflitos entre forças de agentes que buscam “uma definição do mundo social mais conforme aos seus interesses”³³. De qualquer maneira, a formação identitária é gerada a partir de conflitos.

Neste sentido aponta também Peter Burke: “As identidades geralmente dependem de estereótipos do *self* e também de estereótipos dos outros, como o estereótipo do católico ou “papista”, ou os estereótipos cristãos dos muçulmanos e dos judeus. As identidades apoiam-se naquilo que certa vez Freud, em uma expressão famosa, chamou de “o narcisismo de pequenas diferenças”, exagerando qualquer aspecto que faz uma comunidade ser diferente da outra. As definições de identidade frequentemente envolvem tentativas de apresentar a cultura como se fosse natureza. As identidades culturais (dadas as formas que assumiram ao longo do tempo) podem ser produtos ou até mesmo invenções”³⁴. Desta maneira, entendemos que a análise sociológica deve colocar-se na

³³ BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, p. 11.

³⁴ BURKE, Peter, *A Arte da Conversação*, p. 91.

direcção adversa dos discursos surgidos a partir da luta da formação simbólica de identidades, muito embora muitas vezes não o faça. Enquanto o último busca apagar as marcas de historicidade e de lutas de interesses, firmando a ideia de que há um conceito pré-dado, anterior à formação social que levou a uma essência identitária a análise intelectual deve mostrar que tudo não passa, na verdade, de uma luta por imposição simbólica, tendo em vista diversos interesses, marcada por um processo histórico cujo resultado é uma expressão limitada no tempo, no espaço e em outros factores como, por exemplo, classes sociais. Foi essa preocupação que teve Dante Moreira Leite e sua conclusão é pertinente, embora limitada: “Se o homem é o mesmo por toda parte, diferencia-se ao enfrentar condições também diferentes. (...) Em cada geração se encontram indivíduos diferentes, resultantes da vida renovada a cada instante, que se desdobra ante os nossos olhos”³⁵.

Assim, assumiremos que o crioulo é sinal de identidade do povo cabo-verdiano; a língua constitui a base da identidade cabo-verdiana, mas isso não retira que o crioulo seja uno e diverso simultaneamente. De facto, apesar de não existir uma homogeneidade linguística nas variantes geográficas do CCV, e de ser um país insular, há uma harmonia linguística e cultural entre as ilhas.

Na tradição dos estudos cabo-verdianos, há, segundo Dulce Pereira, uma “clivagem entre duas variedades / duas línguas: sotavento – mais basilectal / mais antigo; barlavento mais acrolectal / mais recente”.³⁶

Também Ivo de Castro defende esta concepção, baseando-se no carácter histórico: “Há dois grupos de crioulos em Cabo Verde: a) o crioulo de Barlavento (ilhas de S. Vicente e Santo Antão), que está mais próximo do português europeu, por a colonização destas ilhas ter sido mais recente (século XVIII) e por terem contactos mais estreitos com Lisboa. b) o crioulo de sotavento (Santiago, Fogo, Brava), que está mais próximo do português do tempo das descobertas.”³⁷

³⁵ LEITE, Dante Moreira, *Carácter Nacional Brasileiro*, p. 225

³⁶ Pereira, Dulce 2006. *Argumentos históricos e linguísticos contra a oposição entre crioulo de Barlavento e de Sotavento, em Cabo Verde*, 2006

³⁷ Castro, I. de 2004. *Introdução à História do Português – Geografia da Língua, português Antigo*. Lisboa: Eds. Colibri: p.50.

Também Ernesto d'Andrade Pardal sustenta esta ideia com argumentos de carácter linguístico:

«Ignorando fenómenos fonéticos e lexicais, se atendermos ao facto de as estruturas silábicas serem radicalmente diferentes, de o sistema acentual dos verbos não ser o mesmo e de o sistema aspectual não ser idêntico em Santiago e em S. Vicente, devemos concluir que em Cabo Verde existem dois crioulos, duas línguas. O facto de Santiago ter sido ocupada no século XV e S. Vicente no Século XVIII confirma que não estamos perante um único sistema linguístico.»³⁸

No entanto, como afirma Dulce Pereira, há mais pontos em comum entre as variedades do que diferenças, razão pela qual o CCV é uno e diverso, como qualquer língua. Adiante voltaremos a esta questão.

4. O bilinguismo como factor de desenvolvimento

O conceito de bilinguismo é ambíguo e, a partir do século XX, a sua aceção tornou-se cada vez mais ampla. Este conceito não é uma situação estática, pois está sujeito a modificações ao longo dos tempos. Geralmente, considera-se um ser bilingue aquele que consegue falar duas línguas perfeitamente; esta é também a definição empregada por Bloomfield, que define bilinguismo como “o controlo nativo de duas línguas” (Bloomfield, 1935, apud Harmers e Blanc, 2000, p.6). Mas esta definição é bastante rígida, pois seria preciso dominar perfeitamente as duas línguas.

Opondo-se a esta visão que inclui apenas bilingues perfeitos, Macnamara afirma que “um indivíduo bilingue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa” (Macnamara, 1967 *apud* Harmers e Blanc, 2000 p.6). Embora as capacidades da leitura e da escrita só se verifiquem com a escolarização, uma pessoa pode ser bilingue sem saber ler e escrever o CCV, como acontece hoje em Cabo Verde com muitas pessoas

³⁸ Ernesto D'Andrade Pardal e Alain Kihm, *Actas Do Colóquio Sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*, Universidade de Lisboa

Li Wei (2000) argumenta que o termo bilingue “basicamente pode definir indivíduos que possuem duas línguas (...). Mas devem-se incluir entre os bilingues indivíduos com diferentes graus de proficiência nessas línguas e que muitas vezes fazem uso de três, quatro ou mais línguas.” Adoptando a mesma directriz, Mackey (2000) considera que, ao se definir bilinguismo, devem-se considerar quatro questões: a primeira é referente ao grau de proficiência, ou seja, o conhecimento pelo indivíduo das línguas em questão deve ser avaliado. Dessa forma, este conhecimento não exige uma equivalência em todos os níveis linguísticos. O indivíduo pode, por exemplo, apresentar um vasto vocabulário em uma das línguas, mas apresentar pronúncia deficiente. A segunda questão proposta por Mackey destaca a função e o uso das línguas, isto é, as situações nas quais o indivíduo passa de uma a outra língua sem interferências. A terceira questão levantada diz respeito à alternância de códigos. Segundo Mackey deve ser estudado como e com que frequência e condições o indivíduo alterna de uma língua para outra.

Segundo Edwards (2004: 10), pode-se distinguir dois tipos de bilinguismo: o bilinguismo receptivo ou passivo, quando o bilingue, apesar de entender uma língua escrita ou falada não a consegue falar e o bilinguismo activo.

O bilinguismo pode também ser considerado de um ponto de vista sociológico.

E, finalmente, pode também ser estudado como uma língua influencia a outra e como uma interfere na outra.

O crioulo, por ser a língua materna dos cidadãos de Cabo Verde, é um dos agentes basilares da identidade, pois não é apenas um meio de comunicação, é uma força cultural e afectiva, sendo a língua mais interiorizada na sociedade. O português como língua imposta é aquela que se aprende na escola, a partir dos seis anos, no entanto, nenhum cabo-verdiano se identifica através dela. Apesar de esta ser a língua oficial e a língua que se utiliza em situações formais, o crioulo tem uma presença assídua nos contactos informais, mesmo daqueles que dominam o português. Contudo, ambas as línguas, apesar de terem estatutos e funções dissemelhantes, são elementos fundamentais do património, servindo como instrumentos e suporte de cultura. Em qualquer país, tanto o bilinguismo como o multilinguismo são factores de desenvolvimento, pois contribuem para

enriquecer o património cultural, sem falar da parte educacional, pois amplifica nos educandos a performance linguística.

Vilela (2005) sustenta que em Cabo Verde há três situações:

- a. Bilinguismo total - em que os falantes percebem bem e exprimem-se bem nas duas línguas;
- b. Bilinguismo parcial - em que os falantes percebem bem as duas línguas, mas exprimem-se bem em cabo-verdiano e mal em português;
- c. Monolinguismo total - em que os falantes falam o cabo-verdiano e não percebem nem falam o português». ³⁹

Muitos discordam desta designação “monolinguismo total” para o Caso de Cabo Verde, pois a generalidade dos cabo-verdianos entende o português.

Actualmente, sendo o bilinguismo uma ambição e, particularmente, uma exigência do desenvolvimento, é necessário criar condições para que tal aconteça, pois, se não houver uma política linguística adequada, o crioulo, sendo a língua materna, a de todas as situações informais, acaba interferindo, muitas vezes, na língua oficial, que é utilizada somente em situações formais de comunicação. Por isso, grande parte dos estudiosos defende um bilinguismo nas escolas: alguns sustentam que deve ser introduzido desde os primeiros anos de escolaridade, outros entendem que se deve introduzir a língua materna numa fase mais avançada em que a criança já tem um domínio explícito da estrutura e funcionamento da língua de socialização. ⁴⁰

Não se pode dizer que em Cabo Verde exista um bilinguismo real, pois, para tal, seria necessário que o conhecimento de ambas as línguas tivesse um nível

³⁹ VILELA, Mário, *O Cabo-Verdiano visto por Cabo-Verdianos*, Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas, Porto, 2005, – p. 633-653, disponível em

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4749.pdf>

⁴⁰ Arlindo Costa - *O Crioulo como Língua de Escolarização em Cabo Verde* - Ensino Básico, P.21.

equivalente, mas não é isso que acontece, por motivos socioculturais e históricos. Apesar de todos entenderem o português, grande parte da população não sabe exprimir-se correctamente esta língua, pois não tem o conhecimento explícito do português, mesmo alguns com uma formação básica. Assim, o que se passa em Cabo Verde é mais uma situação de diglossia.⁴¹

A palavra diglossia originou-se do grego diglossos (duas ou + línguas). Foi usado em inglês primeiramente por Charles Ferguson em 1959: “diglossia foi descrito como um tipo de bilinguismo em uma sociedade dada em que uma das línguas é (H), isto é, tem o prestígio elevado, e outras das línguas são (L), isto é, tem o prestígio baixo.”⁴² Mas, com o passar do tempo, este significado tornou-se mais complexo. Hoje é considerado um tipo particular de bilinguismo. Uma comunidade é diglósica quando, nos dois idiomas existentes, um deles goza maior prestígio, tem um estatuto superior. Este termo está definido segundo o *Dicionário de Termos Linguísticos* da seguinte forma: “Em geral, dá-se o nome de diglossia à situação de bilinguismo. Por vezes, este aplica-se à situação bilingue em que uma das línguas tem um estatuto sociopolítico inferior.” Crystal define diglossia como “uma situação sociolinguística em que duas variedades diferentes de uma língua coexistem numa comunidade onde cada uma delas tem as suas próprias funções e tem adquirido um certo grau de estatura”. (1992: 43)

No passado, na época colonial, a percentagem dos que falavam e escreviam correctamente a língua portuguesa era muito resumida. Esta era utilizada no ensino, nos meios de comunicação social, na administração, enfim, nas mais diversas funcionalidades, em detrimento da língua materna, que, apesar de ser intensa em termos de comunicação informal, muito utilizada principalmente pelos nativos, não possuía nenhum prestígio. Muito pelo contrário, era considerada uma “violação” da língua portuguesa e do seu desenvolvimento nas ilhas. Considerada a língua de maior prestígio, o Português era o símbolo da sabedoria e de honra. Actualmente, apesar do número de pessoas que falam e escrevem correctamente o português ter aumentado consideravelmente, o país está aquém

⁴¹ cf. Dulce Duarte, Bilinguismo ou diglossia, 1998, página.132, 133

⁴² Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur2/david.htm>

das suas expectativas. Muitas crianças e adolescentes abandonam o estudo devido a variados constrangimentos, esquecem completamente a língua portuguesa, porque nunca mais a utilizaram. Manuel Veiga diz que “ À primeira vista, pode parecer que o que caracteriza a nossa paisagem linguística é o bilinguismo. (...) Porém, apesar de sermos diglóticos, não somos bilingues, na verdadeira acepção da palavra.”⁴³ Este autor considera que a situação linguística em C. Verde é caracterizada mais por uma diglossia do que pelo bilinguismo. Isto acontece porque a língua portuguesa, apesar de não ser a língua nacional, é a que tem maior prestígio: é a utilizada no ensino, é a que representa o país na diáspora, nas situações formais de comunicação. Na situação de diglossia, em que existem duas línguas, uma ostenta um estatuto de prestígio e a outra, apesar de ser a língua materna, é a língua secundária. Acresce que, em Cabo Verde, apesar da aprovação do ALUPEC, uma proposta ortográfica, de 1997, a escrita em crioulo ainda não está padronizada.

Toda esta situação traz alguns inconvenientes, como, por exemplo, aumentam as interferências entre as duas línguas, dificultando a aprendizagem e diminuindo a capacidade de percepção e assimilação. Para que haja uma sã convivência entre as duas línguas, é necessário criar uma política para o bilinguismo no país, sem perder a nossa identidade.

Como se viu, o dia-a-dia em Cabo Verde é feito em crioulo e o português e temos duas situações distintas: uma em que o português é língua primeira de comunicação, com o crioulo relegado para o segundo plano, e outra em que a situação se inverte. Assim, o português e o crioulo convivem numa situação de diglossia, pois, apesar de o crioulo ser a língua materna da nação Cabo-verdiana, o português ainda é a única língua oficial. Em consequência desta sólida presença do português, regista-se um processo de descrioulização nas variantes do crioulo cabo-verdiano e, efectivamente uma continuidade entre variedades basilectais ou crioulo mais "fundo" e acrolectais ou crioulo mais "leve". Ex: *encontrá* — léxico português, em vez de *otchá*; *procurá* — léxico português, em vez de *spiá*, tendo em conta a variante de S. Vicente. Muitos consideram que esta descrioulização tem como propósito travar a evolução do crioulo, ou, até

⁴³ Manuel Veiga, A construção do Bilinguismo, 2004, P.99

mesmo eliminá-lo completamente. Assim, alguns grupos e identidades mais interessados empenharam-se em reavivar as formas mais antigas do crioulo e a isto dá-se o nome de recrioulização. Pereira (1996) afirma que o crioulo tem as suas variantes, regionais e sociais, principalmente a nível lexical e fonético, como qualquer outra língua. E estas, mesmo as que mais se aproximam do Português, são Crioulo, sem a menor dúvida. Ela assevera que os próprios cabo-verdianos têm o sentimento de que existem duas grandes variedades, a de Santiago e a de São Vicente.⁴⁴

No entanto, pouco estudo tem sido feito, tratando-se da região de Barlavento, principalmente, no que tange a ilha de São Vicente. Isto sucede, talvez, porque, entre outras razões, foi uma das derradeiras a ser povoada e, com gentes vindas, maioritariamente, das outras ilhas de Barlavento. Contudo, a dissensão linguística entre a variante desta ilha e a de Santiago é bastante notória, o que não tem sido ignorada pelos estudiosos. (Cf. entre outros, Dominika Swolkien, tese de Doutoramento em preparação, Universidade de Coimbra)

Swolkien apresenta algumas características da variedade de São Vicente, explicando o distanciamento em relação à variante de Santiago e a aproximação com o português não reestruturado, como se pode notar nos exemplos que se seguem: redução das vogais átonas (*txgá* – chegar); frequente marcação morfológica do género e do plural (*boneka bnita* – boneca bonita; *uns temps* – uns tempos); oposição [v] – [b] como no português padrão (*Vaka* – vaca; *ves* – vez); realização do [s]: (*ko[z]a* - coisa - intervocálico -[z], *koSta* – costa); utilização dos verbos auxiliares (*karvon foi ptód dent d’kintal.* – o carvão foi deitado dentro do quintal.). No entanto, não se sabe concretamente se estes traços acroletais são o resultado de uma descrioulização actual ou se estão relacionados com o período e o padrão da primeira colonização.⁴⁵

⁴⁴ Cf. Dulce Pereira, 1996, pp:551-559

⁴⁵ (Dominika Swolkien, *The Cape Verdean Creole of São Vicente – its génesis and desclopmnt* - tese de Doutoramento em preparação, Universidade de Coimbra)

Em síntese, neste ponto vimos que, do ponto de vista sociolinguístico, os crioulos tiveram condições específicas de formação, como já vimos anteriormente. O crioulo cabo-verdiano emanou de um longo processo de gestação, de reestruturação e de autonomização, num sistema de exploração escravocrata e de dominação colonial, que remonta a vários séculos. Como afirma Manuel Veiga, o crioulo surge como resultado do encontro e do confronto de mundos e de universos dissemelhantes, com a força da resistência e a determinação de todo um povo no amparo da sua própria dignidade. Em Cabo Verde, a língua da metrópole deparou com uma “luta” audaciosa de diferentes línguas dos escravos, já que estes não falavam todos a mesma língua. Dessa “luta” emergiu o crioulo.

Face a esta convivência entre o Português e o CCV, é necessário criar condições para que, em Cabo Verde, as duas línguas tenham um nível equivalente, pela valorização da língua crioula, tendo um estatuto de língua “co-oficial”, servindo em todas as situações de comunicação; é necessário oficializar a escrita, utilizar o português não só nas situações formais mas também no quotidiano. Só assim o bilinguismo terá um ambiente harmonioso, trazendo um maior grau de progresso social e científico, pois o bilinguismo (ou o multilinguismo) é imperativo vital do desenvolvimento de qualquer país. Veiga (1995) é de opinião de que, com uma prática bem orientada de um bilinguismo estável e pragmático, combatendo verdadeiramente a diglossia, se amplia nos jovens / educandos uma enorme confiança em si e logo, maior capacidade de aprendizagem, enquanto, nos adultos, esta prática cria as perspectivas de uma comunicação intercultural firme, o que faculta e possibilita um maior grau de desenvolvimento social, económico e cultural. (Veiga 1995: 30 – 32)

5. Breve estudo linguístico comparativo entre CCV e Português, com especial destaque para a variante de S.Vicente

Analisando os factores sociolinguísticos que inculcaram as primeiras décadas do povoamento desta ilha, o acesso a educação, as migrações, as relações inter-raciais, os factores económicos, os estudiosos defendem que muitas das divergências morfo-sintacticas entre variedade de Santiago e São Vicente se explicam com base na mudança linguística que resulta do contacto entre as

variedades de sotavento e o português não reestruturado durante o período de povoamento da ilha. Nessa medida, vamos, neste ponto, e de acordo com vários estudiosos (Baltasar Lopes, Dulce Pereira, Manuel Veiga), descrever algumas propriedades fonéticas, fonológicas e morfo-sintáticas do CCV, destacando em particular as especificidades da variante de S. Vicente, evidenciando as principais semelhanças e divergências com o português padrão, a vários níveis linguísticos.

5.1. Algumas diferenças e semelhanças entre o CCV e o Português nos aspectos fonético e fonológico

O sistema fonético e fonológico do crioulo cabo-verdiano provém na sua maioria do português dos sécs. XV a XVII. Entre as características conservadoras, o crioulo manteve, por exemplo, as consoantes africadas /dʒ/ e /tʃ/, e as vogais pré-tónicas não receberam a redução que se verifica no português europeu contemporâneo. Entre as particularidades inovadoras, o fonema /l/ do português (escrito “lh”) evoluiu para o fonema /dʒ/ em crioulo, e as vogais foram sujeitas a diversos fenómenos fonéticos.

Neste crioulo encontramos oito fonemas vocálicos orais, que correspondem a oito fonemas nasais, concluindo assim um total de dezasseis vogais.

Vogais orais: CCV - São Vicente

	Anterior não-arredondada	Central não-arredondada	Posterior arredondada
Fechada	i		u
Semifechada	e		o
Semiaberta	ɛ	ə	ɔ
Aberta		a	

As 16 vogais do CCV não comparecem num contexto qualquer. Somente em posição tónica é que se pode deparar com qualquer uma das dezasseis vogais que constam do quadro abaixo. Em posição átona pré-tónica normalmente não aparecem as vogais /ɛ/, /ẽ/, /a/, /ã/, /ɔ/ ou /õ/. Em posição átona final só aparecem as vogais /i/, /e/ ou /o/ (no crioulo de Santiago por vezes /e/ ou /o/). O quadro seguinte apresenta exemplos das 16 vogais do CCV, variante de S. Vicente, com correspondência entre as palavras do crioulo e em Português.

Fonema	Exemplo (CCV- S.Vicente)	Significado em português	Descrição articulatória
/i/	<i>mídje</i> <i>lí</i> <i>se</i>	milho aqui se	Anterior fechada oral não- arredondada, como em português - <i>bico</i> .
/ĩ/	<i>cínza</i> <i>sím</i>	cinza sim	Anterior fechada nasal não- arredondada, como em português - <i>fim</i> .
/e/	<i>drête</i> <i>lê</i> <i>bêra</i> <i>sê</i>	bem, direito ler beira seu, sua	Anterior semifechada oral não- arredondada, como em português - <i>dedo</i> .
/ẽ/	<i>bêm</i> /bẽ/ <i>sêm</i> /sẽ/	vir sem	Anterior semifechada nasal não- arredondada, como em português - <i>pensar</i> .
/ɛ/	<i>cabéça</i> <i>béra</i> <i>Béla</i> <i>séda</i>	cabeça bera Bela (nome) seda	Anterior semiaberta oral não- arredondada, como em português - <i>fé</i> .

/ɛ̃/	<i>duénça</i>	doença	Anterior semiaberta nasal não-arredondada, parecida com o e do português - <i>fé</i> , mas com nasalidade.
/e/	<i>cabéça</i> <i>cabá</i> <i>pâ</i>	cabeça acabar para, por	Central semiaberta oral não-arredondada, como em português (europeu) - <i>para</i> .
/ẽ/	<i>cansêra</i> <i>cambâ</i>	canseira enfiar-se, desaparecer	Central semiaberta nasal não-arredondada, como em português - <i>dançar</i> .
/a/	<i>cábra</i> <i>bála</i> <i>báda</i> - ida <i>pá</i> /pa/	cabra bala ida pá	Central aberta oral não-arredondada, como em português - <i>pá</i> .
/ã/	<i>bánda</i>	lado, banda	Central aberta nasal não-arredondada, parecida com o a do português - <i>pá</i> , mas com nasalidade.
/u/	<i>túde</i> <i>bô</i> <i>múde</i>	tudo tu mudo	Posterior fechada oral arredondada, como em português - <i>tu</i> .
/ũ/	<i>úm</i> <i>múnde</i>	um mundo	Posterior fechada nasal arredondada, como em português - <i>um</i> .
/o/	<i>lôça</i> <i>ceinôra</i>	louça cenoura tu	Posterior semifechada oral arredondada,

	<i>bô</i> <i>pô</i>	pôr	como em português - <i>boca</i> .
/õ/	<i>bôm</i> <i>põ</i>	bom pão	Posterior semifechada nasal arredondada, como em português - <i>convite</i> .
/ɔ/	<i>bóca</i> <i>bóla</i> <i>senhóra</i> <i>móda</i>	boca bola senhora como	Posterior semiaberta oral arredondada, como em português - <i>só</i> .
/ĩ/	<i>spónja</i> <i>mónda</i>	esponja acto de tirar ervas daninhas	Posterior semiaberta nasal arredondada, parecida com o o do português - <i>só</i> , mas com nasalidade.

Em jeito de síntese, tendo em conta o inventário das vogais orais e nasais do CCV, variante de S. Vicente, acima exposto, constata-se que a sua principal característica é a existência de vogais nasais abertas, inexistentes em Português: /ẽ/ /ã/ /ĩ/. Igualmente, verifica-se que em São Vicente, às vezes, a queda das vogais orais fechadas (escritas «e», «i», «o», «u») quando estas são átonas: *divinha* – ‘adivinha’

Vogais e ditongos (por simplificação, apresentarei os sons entre aspas e só quando necessário em transcrição fonética ou fonológica)

1. «A» átono

No português europeu, há certos casos em que o «a» átono é pronunciado aberto [a]:

- quando resulta etimologicamente da contracção de dois «aa» (Tavares, etc.);

- quando existe um encontro entre um «a» em fim de palavra e um «a» em início de palavra (minha amiga, casa amarela, uma antena, etc.);
- quando o «a» é seguido de «l» + consoante (alguém, faltou, etc.);
- outros casos (camião, racismo, etc.).

No Crioulo, na variante de São Vicente, a tendência é para pronunciar aberto, esses «aa»:

- cavera – (caveira), pronunciados com «a» aberto – a
- antena - antena» sempre com «a» aberto
- «alguém», «faltou», pronunciados com «a» fechado [ɐ]; verifica-se entretanto, que no registo culto, certos «aa» são pronunciados abertos [a]: «baptismo», «fracção», «actor», etc.

2. «O» inicial átono

O «o» inicial átono é pronunciado sempre fechado [o]. Osse - osso

3. «E» inicial átono

Em Portugal o «e» escrito inicial átono é pronunciado como «i» [i]. Em CCV, dependendo das palavras (e dos falantes) ora é pronunciado como «e» fechado [e], ora como «i» [i]. Contudo, a tendência natural será de pronunciar como «e» fechado [ɛ]: imbarcá – embarcar, imbrulhá, sendo a pronúncia como «i» [i] resultante da pressão do português europeu. Muitos falantes em São Vicente distinguem claramente na pronúncia de certos pares de palavras: «eminência \ iminência», «emita \ imita», «emigrante \ imigrante», «elegível \ ilegível», «emergir \ imergir», etc.

4. «E» átono antes do grupo «s» + consoante, em início de palavra

em Portugal, o «e» átono antes do grupo «s» + consoante, em

início de palavra, é pronunciado como «e mudo» [ɨ]. Em Cabo Verde, S. Vicente, esse «e» não é pronunciado de todo, começando a palavra por uma fricativa palatal surda «ch» [ʃ] (ʃtód - estado», ʃcóla – escola, esquadre «esquadro»).

5. O som «e mudo»

Muitos falantes têm dificuldade em pronunciar o som «e mudo» [ɨ] (revelar, medir, debate), sendo no entanto essa dificuldade colmatada em dois resultados diferentes: os falantes de S. Vicente simplesmente não o pronunciam (ver mais adiante).

6. «I» e «u» átonos

Em Cabo Verde não se verifica a dissimilação existente em Portugal de dois sons «i» ou de dois sons «u» no interior da mesma palavra. As palavras «medicina», «vizinho» são efectivamente pronunciadas «me-di-ssi-», «vi-zi-», e não «me-de-ssi-», «ve-zi-» como em Portugal. As palavras «futuro», «Sofia», são efectivamente pronunciadas «futu», «su-fi-», e não «fe-tu-», «se-fi-» como em certas variantes do Português Europeu.

O u final átono mudou para “e”, principalmente depois de consoantes: brónke – branco, cavóle – cavalo, conjugóde – conjugado;

7. Ditongos «ei» e «ou»

No português europeu padrão o ditongo escrito «ei» é pronunciado «âi» [ɐj], enquanto que o ditongo escrito «ou» é pronunciado «ô» [o]: o ditongo escrito «ei» é pronunciado «êi» [ej] e o ditongo escrito «ou» é pronunciado «ôu» [ow]. Do mesmo modo, o ditongo nasal escrito «em» é pronunciado «êi» [ẽj], e não «âi» [ẽj] como no português europeu padrão.

8. Ditongo «ui»

O ditongo «ui» na palavra «muito» não é pronunciado nasal (é [uj] e não [ũj]).

Comentando o que foi referido acima, constata-se que, apesar de existirem algumas analogias entre a pronúncia de certos ditongos e algumas consoantes do português europeu e a variante de São Vicente do crioulo, encontra-se algumas dissimilaridades: ditongos crescentes (semivogal-vogal) e decrescentes (vogal-semivogal), maioritariamente orais. Contudo, existe, como em português padrão ditongos decrescentes nasais, como na palavra *mãe*.

Consoantes

Fonema	Exemplo	Significado em português	Descrição
/m/	<i>Mídje</i> <i>mâ</i>	milho que	Nasal bilabial sonora, como em português <i>milho</i> .
/p/	<i>pédra</i> <i>capa</i>	pedra capa	Oclusiva bilabial surda, como em português <i>pedra</i> .
/b/	<i>bóca</i> <i>cabá</i>	boca acabar	Oclusiva bilabial sonora, como em português <i>boca</i> .
/f/	<i>fídje</i> <i>fíla</i>	filho fila	Fricativa labiodental surda, como em português <i>filho</i> .
/v/	<i>avião</i> <i>víla</i> <i>gravá</i>	avião vila gravar (em CD ou cassete)	Fricativa labiodental sonora, como em português <i>avião</i> .

/n/	<i>náda</i> <i>na</i>	nada em	Nasal dental sonora, como em português <i>nada</i> .
/t/	<i>túde</i> catêm	tudo não tem	Oclusiva dental surda, como em português <i>tudo</i> .
/d/	<i>náda</i> <i>dá</i>	nada dar	Oclusiva dental sonora, como em português <i>nada</i>
/s/	<i>sim</i> <i>cáça</i>	sim caça	Fricativa dental surda, como em português <i>sim</i> .
/z/	<i>côsa</i> <i>cása</i> <i>surríse</i>	coisa casa sorriso	Fricativa dental sonora, como em português <i>coisa</i>
/l/	<i>lí</i> <i>fíla</i>	aqui fila	Aproximado lateral dental sonora, como em francês <i>elle</i> ; nunca é velarizado como no português europeu.
/r/	<i>drête</i> <i>cór</i>	bem, direito caro	Vibrante alveolar simples sonora, como no português <i>direito</i> .
/tʃ/	<i>tchêu</i> <i>tcham</i>	muito, muita, muitos, muitas deixa-me	Africada pós-alveolar surda,
/dʒ/	<i>djêu</i> <i>bêdje</i>	ilhéu velho	Africada pós-alveolar sonora,
/ʃ/	<i>cáixa</i> <i>xícra</i>	caixa xícara	Fricativa pós-alveolar surda, como em português <i>caixa</i> .

/ʒ/	<i>lônge</i> <i>queijáda</i> <i>bêje</i> <i>ríje</i>	longe queijada beijo rijo	Fricativa pós-alveolar sonora, como em português <i>longe</i>
/ɲ/	<i>nhã</i> <i>tinha</i>	meu, minha tinha	Nasal palatal sonora, como em português <i>tinha</i> .
/ʎ/	<i>Bilhete</i> <i>fílha</i>	bilhete filha	Aproximante lateral palatal sonora, como em português <i>bilhete</i> .
/ŋ/			Nasal velar sonora,
/k/	<i>cretchêu</i> <i>cálu</i>	namorado, namorada calu	Oclusiva velar surda, como em português <i>caco</i> .
/g/	<i>’ngli</i> <i>gól</i>	engolir galo	Oclusiva velar sonora, como em português <i>engolir</i>
/ʀ/	<i>róda</i> <i>córr</i>	roda carro	Conforme o falante, este fonema pode ser realizado de três maneiras: – Vibrante alveolar múltipla sonora [r], como em espanhol <i>perro</i> ; – Fricativa uvular sonora [ʁ], como em francês (região parisiense) <i>terre</i> ; – Vibrante múltipla uvular sonora [ʀ], como em francês (Sul de França) <i>terre</i> ;

Algumas observações

9. O som «l»

No crioulo variante de S. Vicente, o som «l» é dental [l̪], ou seja, é pronunciado com a ponta da língua a tocar os dentes incisivos superiores, ficando a língua na posição horizontal. É similar ao som «l» do francês e do castelhano. O som «l» no português europeu é alveolar [l], ou seja, é pronunciado com a ponta da língua a encostar os alvéolos, bem atrás dos dentes incisivos superiores, ficando a língua curvada, com uma concavidade virada para cima. É similar ao som «l» do inglês.

10. O som «rr» [R]

O som «rr» têm a mesma variabilidade que no português europeu. Ou é pronunciado «com a ponta da língua» (mais frequente nas ilhas do Sul), ou é pronunciado «no fundo da garganta» (mais frequente nas ilhas do Norte). Com «a ponta da língua» pretende-se dizer uma consoante vibrante, alveolar, múltipla [r]. Com «no fundo da garganta», dependendo do falante, tanto pode ser uma consoante vibrante, uvular [ʀ], pode ser uma consoante fricativa, uvular, sonora [ʁ], ou pode ser uma consoante fricativa, velar, sonora [χ].

11. As consoantes «b», «d» e «g» intervocálicas

Algumas obras clamam que as consoantes «b», «d» e «g» no português europeu, quando intervocálicas, são pronunciadas como fricativas [β], [ð], [ɣ]. Em S. Vicente e em todo o país, são sempre pronunciadas como oclusivas [b], [d], [g].

Existem as fricativas sonoras e a lateral /ʁ/ que estão em empréstimos relativamente recentes do Português. As consoantes podem surgir pré-nasalizadas, como acontece nas palavras *ntendé* - ‘entender’ ou *nbarká* - ‘embarcar’.

5.2 Alguns aspectos morfossintáticos do CCV e da variante de S. Vicente em particular

Determinante

Na variante de S. Vicente, o nome tende a aparecer sozinho sempre que se pressupõe que o seu referente é conhecido do interlocutor.

Embora a tendência seja para não haver determinante expresso, há casos em que este pode aparecer um artigo definido (*kel/kes*):

*M' oiá um om bedje na plurim. **Kel** om tinba sê kanhót na mom.*

Eu vi um homem velho no mercado. Aquele homem tinha o seu cachimbo na mão.

Quando, em Crioulo, se pressupõe que o interlocutor não pode identificar a entidade a que o nome se refere, este pode vir precedido de um artigo indefinido. É o caso das situações em que a entidade ocorre pela primeira vez: *M' oiá **um** om bedje na plurim.* Eu vi um homem velho no mercado.

As formas adjectivas possessivas funcionam como determinantes e variam em número, nas três pessoas do singular. Não existe variação de género:

*Onte um oiá **bô** mãe na plurim .* - Ontem vi a tua mãe no mercado

*El perdê **sê** livre na skóla.* Ele perdeu o livro dele na escola.

*El perdê **sês** livre na skóla.* Ele perdeu os livros dele na escola'

Nome

Em São Vicente, apesar do seu emprego não ser obrigatória, podemos deparar com a marca do género no nome. O género pode ser marcado nos nomes, pela oposição entre as terminações: – **e** para o masculino e – **a** para o feminino:

[*mnine* 'menino' *mnina* 'menina'.utiliza-se também o diminutivo *inha* (menininha) para o feminino para o masculino muitas vezes utiliza-se *mosim* (mocinho)]

Os nomes que se referem a seres humanos podem receber marcas de género para o masculino e para o feminino: *tiu* 'tio' *tia* 'tia', *done* 'dono' *dóna* 'dona'.

Também aos nomes de animais, embora com menor probabilidade, quando se referem a mamíferos, se aplicam as mesmas regras, *porke* ‘porco’ *porka* ‘porca’.

Quando os nomes se referem a animais não mamíferos não se aplicam as marcas de género: *póte* pato - *pata*

Nestes casos, para diferenciar o sexo, os falantes podem recorrer à justaposição: das formas adjectivais *mótche* e *féma*: *póte mótcche* ‘pato’ *póte féma* ‘pata’

Plural

Em São Vicente, o substantivo, geralmente não tem plural. Apenas o determinante que o acompanha vai para o plural:

- *Agóra, nô ti ta bem kmê uns banana*. - Agora, nós vamos comer umas bananas;
- tirando o **l** final, acrescentando **s** ao demonstrativo: *Kel kôsa* - Aquela coisa, *Kês kôsa* - aquelas coisas;
- Acrescentando **s** no final do determinante possessivo: *Nha irmôm* - meu irmão; *nhas irmôm* - meus irmãos.

Se o sintagma nominal da frase inicia com um numeral, o substantivo não apresenta, normalmente, a marca do plural: *oite ora* – oito horas

Adjectivo

Os adjectivos ocorrem quase sempre depois do nome e têm a propensão de concordar com os substantivos, tanto em género como em número; há muitos casos de concordância com o substantivo.

Nem todos os adjectivos variam em género, mas os que variam fazem igualmente a oposição - *e/-a*,

Môs ólte – moço alto; *mnina alta* – menina alta

b’nite – bonito, *bnita* -bonita

ou -*or/-era*

batukador – batuqueiro, *batukadera* - batuqueira

Quando os nomes se referem a seres humanos, é mais alta a probabilidade de o adjectivo concordar com o nome, quer enquanto modificador, no SN, quer em posição predicativa:

M'nine b'nite - menino bonito, m'nina b'nita, - menina bonita

Kel mnina é b'nita. Aquela menina é bonita.

No entanto, em geral, não existe concordância de número entre o adjectivo e o nome, mas na variedade de São Vicente há também casos em que os adjectivos concordam em género com o substantivo.

Pronome

O pronome pessoal que representa a primeira pessoa do singular tem uma pronúncia bastante variável nas várias ilhas. Esse pronome provém da forma de complemento da primeira pessoa do singular em português «mim» e encontra-se foneticamente reduzido ao som [m]. Trata-se de uma consoante silábica, constituindo por si só uma sílaba. Esta pronúncia é uma característica da ilha de São Vicente e outras ilhas do norte. Por ex.: *m' andá* «eu andei», *m' tâ sintí* «eu estou a sentir». Antes de consoantes oclusivas ou africadas essa nasalidade transforma-se na nasal homorgânica da consoante seguinte. Por ex.: *m' bêm* [m bẽ] «eu vim», *m' têm* [m tẽ] «eu tenho», *m' tcigá* [ɲ tʃ'gɐ] «eu cheguei». Os falantes fortemente influenciados pelo português tendem a pronunciar esse pronome como uma vogal *úm* [ũ] em vez de *m'* [m]. Com algumas formas verbais do verbo *ser*, o pronome retoma a sua forma completa *mí* em todas as variantes: *mí ê* [mi e] «eu sou», *mí éra* [mi 'ɛɾɐ] «eu era».

Uma situação paralela acontece com o pronome pessoal que representa a forma de complemento da primeira pessoa do singular. Em São Vicente mantém-se a pronúncia original [m]: *levá-m* [le'vam]). Nas variantes de Sotavento a pronúncia [m] desapareceu, mas nasalizou a vogal precedente: *lebâ-m'* [le'bẽ]

Preposições

O português é uma língua tipicamente com preposições, o mesmo já não se pode dizer em relação ao CCV. Isto deve-se, possivelmente, devido a influência das línguas bantu, que não têm preposições. Há, no entanto, algumas preposições que são exigidas pela construção do verbo, do adjectivo e do nome. Exs. Bô, ta pensá so **na** brincá. Ês ta gostá **d'** passear. Manel fká cheio **d'** tremuras.

As formas substantivas precedidas do *de* (marca de genitivo) (*di nos*, *di sel*, etc.) nunca podem ocorrer em posição de determinante; ocorrem sempre depois do nome (são expressões formadas por uma preposição e um pronome, à semelhança das portuguesas *dele*, *dela*):

*Es kasa li e **di meu/di bo***

‘Esta casa é minha/tua’

*Kel libru la e **di sel**.*

‘Aquele livro é dele’

Ordem Básica de Constituintes

A ordem básica de constituintes do Crioulo variante de São Vicente é Sujeito–Verbo–Objecto: *Um komprá um kása*. Eu comprei uma casa.

Ordem dos Pronomes e forma dos pronomes

Ao contrário do Português, onde em determinados casos é possível ter o pronome pessoal complemento antes do verbo - (*Eu não o vi*), em Crioulo os pronomes pessoais complemento vêm sempre depois do verbo – (*um ka oiál*). Neste caso o **l** final representa “*ele*” e está contraído com o verbo *oiá*.

As formas acentuadas do pronome pessoal sujeito (*mi*, *bo*, *bocê*, *el*, *nôs*, *bsôt*) só ocorrem antes do verbo ser: *mi ê* - eu sou, *bo ê* - tu és, *el ê* - ele/ ela é’, *bsôt ê* – vocês são...

Em todos os outros casos ocorre a forma átona:

Um tem - eu tenho, *bô tem* - tu tens, *ês tem* - eles/elas têm...

As formas enfáticas ocorrem antes das formas básicas de sujeito. Assim, o pronome forte usa-se antes da forma fraca do sujeito, como em: ⁴⁶

Mi, um krê ... - (quanto a mim), eu quero

A forma *nha* é uma forma de respeito, podendo alternativamente usar-se *Nhô* e *Nha* (do Português *senhor* e *senhora*, respectivamente).

As formas fortes dos pronomes são também empregues no sintagma preposicional:

pa mi - para mim, *pa bô* - para ti, *pa ês* - para eles...

Quando o Objecto 1 e o Objecto 2 co-ocorrem junto do verbo, o primeiro realiza-se na sua forma átona e o segundo na forma acentuada: *El da-l el* - Ele/a deu-lho

Sempre que a forma verbal recebe o sufixo temporal - *ba*, o pronome pessoal complemento assume a forma acentuada: *Eldsêl* - Ele/ela dissera-lhe, *El tinha dód el* - Ele/ela tinha-lho dado

Pronomes e determinantes Possessivos

1ª sg. *nha(s)*, *d' meu* - o(s), meu(s), a(s) minha(s);

2ª sg *bô(s)*, *d' bóssa* – o(s) teus, a(s) tua(s), *d'bocê* (formal, masculino e feminino)

3ª *d' seu* - o(s) seu(s), a(s) sua(s), o(s) dele, a(s) dela(a)

1ª pl. *D' nós* - o(s) nosso(s), a(s) nossa(s)

2ª pl. *D' bsôt* - vosso(s), a(s) vossa(s)

Pronomes e determinantes Demonstrativos

Os mais usados são: *esse*, *ês*, *kêl* e *kês*. *Esse* e *kêl* geralmente, são usados no singular. *Ês* designa algo próximo do sujeito da enunciação e *kêl* indica algo afastado. No plural utiliza-se *ês* (algo próximo do sujeito da enunciação) e *kês*

⁴⁶ Proposta de Cardinaletti & Starke (1994) Disponível em:
http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/linguistica_comparada/equipa/fernandapratas/tesemestrado/pratas.pdf

(mais afastado). *Um comprá esse livre. Esse é meu, Kês é d'bóssa. – Comprei um livro. Este é me, aquele é teu.*

kêl tem como plural *kês*, significa *aquele* e, por oposição a *esse*, designa algo mais afastado.

No entanto, a estes demonstrativos podem ainda juntar-se os advérbios *li* 'aqui' e *lá* 'lá', que permitem estabelecer relações espaciais diferenciadas (equivalentes a "este", "esse", "aquele"): *kel...li*, *kel...la*, *esse...li*, *es...la....*

Um ka krê kêl livre li, um ta gostá mas d' kêl lá. 'Eu não quero este livro, prefiro aquele'

Pronomes Indefinidos

Os indefinidos em Crioulo são sempre invariáveis quanto ao género e, por vezes, quanto ao número. Assim, *tude* corresponde às formas portuguesas 'todo(s)', 'toda(s)' e *txeu* corresponde a 'muito(s)', 'muita(s)'. Os indefinidos ocorrem quase sempre antes do nome. *Txeu* é um caso particular, pois pode vir antes ou depois do nome, ao contrário do português 'muito', que vem sempre antes:

Txeu gente/ gente txeu – 'muita gente'.

Verbo

Tempo / Modo / Aspecto

O verbo tem uma forma invariável regular. Não há concordância sujeito-verbo, uma vez que não há flexão do verbo: a forma do verbo é a mesma independentemente da pessoa e do número do sujeito, por exemplo: "um *mandá*, *el mandá*, *nô mandá*, *bsôt mandá...*" - 'eu mandei, ele mandou, nós mandámos, vocês mandaram...'

Os verbos podem terminar em:

-á, como *kabá* 'acabar'

-ê, como *bibê* 'beber'

-i, como *p'di* 'pedir'

-ô, como *pô* ‘pôr’

As informações de tempo, modo e aspecto, são dadas pela terminação *-ba*, (essencialmente tempo) e pelas partículas *ta* (essencialmente aspecto) e *al* (modo), que se associam ao verbo sem lhe alterar a forma básica.

A forma isolada do verbo, em geral, refere-se a uma situação acabada, traduzível pelo perfeito: *El dzê*. ‘Ele disse.’

Exceptuam-se alguns verbos estativos, como *tem*, *sabe*, *ser*, *que*, na sua forma isolada, se traduzem pelo presente.

Quanto aos Vs predicados, Swolkien afirma que existem dois tipos de verbos na variante de São Vicente: *e* – *ser*, que introduz predicados referentes aos estados permanentes e *ta* – *estar*, que introduz predicados que expressam tempo ou espaço, o que não acontece na variedade de Santiago, pois, nesta ilha, as estruturas sem verbo copulativo são possíveis. Mas na variante de São Vicente, o verbo *e* – *ser*, funciona como um auxiliar e é obrigatório nas frases passivas. Estas estruturas aparentam ser mais acroletais em relação à variante de Santiago.⁴⁷

A forma “*tinha*”

A forma ***tinha*** acrescenta informação de tempo ao verbo, marcando anterioridade. Indica que o falante se está a referir a uma situação que é anterior a outra. Na frase que se segue a situação referida pelo verbo “***tinha***” é anterior à situação referida por *tchgá*. “*Kônt um tchgá já! **tinha** fêt kêl bole*”. ‘Quando eu cheguei já ela tinha feito o bolo.’ Assim a forma *tinha* ou *tem*, mais participio comportam-se como os verbos auxiliares do português padrão.

Morfemas “*ta*” e “*ti ta*”

Tomemos as frases: *El ta kmê txeu*. *El ti ta kmê txeu*.

⁴⁷ SWOLKIEN, Dominika, The Cape Verdean Creole of São Vicente Cf: http://books.google.com/books?id=nzAqX3PlwtEC&pg=PA199&lpg=PA199&dq=dominika+swolkien&source=bl&ots=zcx2GAsvPA&sig=ACj7RrzSMJx4e5q2Qlh26R8ZHg0&hl=pt-PT&ei=vo-CTI6GPJG84AaGr_nyAQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CCUQ6AEwBA#v=onepage&q=dominika%20swolkien&f=false

O morfema *ta* introduz uma informação de hábito, de repetição de situações. Assim, *El ta kmê txeu* refere-se a uma situação habitual. A tradução para Português é ‘Ele costuma comer muito’. / Ele come muito.

O morfema *ti ta* dá uma informação de progressivo, de uma situação em curso num dado momento, que pode ser presente ou não. A tradução de *El ti ta kmê txeu* para Português é ‘Ele está a comer muito.’

Este morfema *ta* pode também referir uma situação de futuro. Na frase seguinte, *ta* remete para um futuro mais ou menos longínquo: *Um dia um ta komprá*. - ‘Um dia eu compro.’

Sintaxe do Objecto indirecto

No que diz respeito aos complementos do verbo, é importante referir que nos verbos transitivos directo e indirecto, a ordem não marcada em Português é: Verbo – Objecto Directo – Objecto Indirecto:

‘Dei um brinquedo à Maria.’

No Crioulo, variante de São Vicente, no entanto, o objecto indirecto não é introduzido por preposição. Num enunciado com objecto directo e objecto indirecto é a ordem por que aparecem que permite distingui-los e a ordem fixa é: Verbo – Objecto Indirecto - Objecto Directo

Um dá Maria um brinkêde.

‘Eu dei um brinquedo à Maria.’

Negação

O morfema de negação verbal é “**ka**”, e coloca-se imediatamente antes do verbo principal e, quando existe, antes do verbo auxiliar:

El ka krê falá ma bô. - ‘Ele não quer falar contigo.’

Nas frases imperativas precede o pronome pessoal:

Ka bô f*ká li!* ‘Não fiques cá!’

Nas frases negativas, o uso de *ka* antes do verbo é obrigatório, mesmo quando existem outros elementos de negação: *El ka sabê nada.* - ‘Ele não sabe nada.’
Ningen ka sabê nada. - ‘Ninguém sabe nada.’

Mas com *nunca* em primeira posição na frase, não se usa *ka*: *Nunca um bai pa Lisboa.* - ‘Eu nunca fui a Lisboa.’

O advérbio

Os advérbios têm um comportamento idêntico aos advérbios em Português. No entanto, é muito comum que o adjetivo seja usado como advérbio:

Bô falá ólt. ‘Falaste muito alto’ (igual ao Português)

O advérbio *múte* - é usado para modificar adjetivos ou advérbios. Ex: *ôm grand.* - ‘homem grande.’

O advérbio *drête* e *marióde*, traduzidos em português por ‘bem’ e ‘mal’ respectivamente, aparecem quando modificam as formas agiectivas do verbo. Ex: *Ont m’ pasá marióde, ma oje m’ pasá drête* – ‘Ontem passei mal, mas hoje passei bem.’

Oração Relativa

No Crioulo o pronome relativo *ke*, que corresponde aos pronomes portugueses *que*, *quem*, *cujo/a/os/as* e *qual/quais*, é o mais usado para introduzir orações relativas. Na variante de São Vicente não se exige o uso de preposições para marcar a função sintáctica do constituinte na frase, mesmo nos casos em que em Português tal preposição é obrigatória: *Oli kêl livre ke bô dzê.* ‘Este é o livro de que falaste.’

Oração Completiva

Entre outros, o Crioulo tem dois tipos de conjunções integrantes que podem introduzir orações completivas: *ke* e *pa*. *Ke* usa-se depois de verbos que expressem a ideia de afirmação ou de avaliação mental, como *dzê* ‘dizer’, *pensá* ‘pensar’ ou *lembrá* ‘lembrar’: *El dzê ke Jon já txigá na kasa.* ‘Ele disse que o João já chegou a casa.’

Pa, por sua vez, introduz complementos de verbos que expressem a ideia de ordem ou de desejo, como *mandá* ‘mandar’ ou *pedi* ‘pedir’: *Ês pidi-m pa m bá kontá um stória*. ‘Eles pediram-me que eu fosse contar uma história.

Em síntese: nos pontos anteriores descrevemos algumas propriedades fonéticas, fonológicas e morfo-sintáticas do CCV, destacando sobretudo as especificidades da variante de S. Vicente.

Procurámos evidenciar as propriedades comuns ao CCV, mas, como qualquer língua, o CCV está sujeito a variação. S. Vicente tem algumas especificidades que fazem com que a variante desta ilha seja considerada prototípica de Barlavento.

Nota-se que a marcação do plural é diferente em relação à variante de Santiago: nesta ilha, tanto o determinante como o nome podem aparecer com a marca do plural, enquanto que, em São Vicente, normalmente, o plural é marcado pelo determinante. Nos adjectivos não há grandes diferenças em relação a variante a Santiago.

Quanto a flexão verbal, de acordo com Baltasar Lopes, é importante ter em vista, um factor considerado primordial, ou seja, o sistema crioulo afasta-se visivelmente do português no domínio das flexões, tanto da nominal (em género e número) como da verbal, no que se refere as flexões de número e pessoa e, até, na flexão temporal e modal, em que, salvo um outro caso de sobrevivência, o crioulo lança mão dos processos perifrásticos.

Diferentemente do português (que tem «muito/a/os/as» e «muito», o crioulo distingue claramente o quantificador *tchêu* ‘few’ (que é usado para quantificar nomes e acções) do advérbio *mútu* ‘mutu’ (que é usado para modificar adjectivos ou advérbios).

Relativamente à acentuação, a ilha de São Vicente é diferente da de Santiago: na variante de São Vicente as formas verbais são sempre agudas (procedentes talvez do infinitivo português), enquanto que em Santiago se acentua a penúltima sílaba.

Capítulo III

A identidade cultural e literária de S. Vicente

1. A Literatura

1.1. Aspectos gerais dos movimentos literários em Cabo Verde

O principal objectivo deste capítulo é o de mostrar como a dimensão literária e cultural contribuíram para definir a identidade de S. Vicente. Como forma cultural, a literatura existe em Cabo Verde desde que a sua sociedade se formou, seja desde o século XVII, com as manifestações de tipo tradicional oral. Porém, num sentido restrito, só nos finais do século XIX surgiram as condições para a emergência de uma literatura impressa, primeiro no *Boletim Oficial*, nos Almanques e nos diversos periódicos. Na altura, poucos livros foram impressos. No entanto, é a literatura claridosa que retrata as vivências e o modo próprio de sentir do cabo-verdiano, abrindo a fase mais conhecida da literatura cabo-verdiana.

Não houve, em Cabo Verde, uma verdadeira literatura colonial; o impacto colonial não foi tão dramático como nas outras colónias portuguesas. Embora, nesta época, o país seja uma colónia, o próprio país colonizador acabou por criar algumas condições para que a literatura e a cultura se adjectivem cabo-verdianas⁴⁸. Isto aconteceu, porque desde muito cedo, os poderes dos senhores de escravos transitaram para as mãos de uma burguesia nascida em Cabo Verde formada maioritariamente por mestiços, os chamados filhos da terra. Outros aspectos contribuíram para que houvesse uma literatura nacional, como por exemplo a fundação e desenvolvimento de escolas, tanto de ensino primário, como secundário, criação da imprensa, de bibliotecas, de associações culturais, entre outras⁴⁹.

⁴⁸ Silveira, Onésimo. *s/t*, in *ÁFRICA: Compreender trajectos olhar o futuro*, V Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico, 04 a 06 de Maio de 2006, Universidade da Beira Interior.

⁴⁹ Mariano, Gabriel, em “Emergência da Nação Caboverdeana” por Isabel Lopes Ferreira. Disponível em: <http://users.domaindx.com/africadebate/ad1%20isabel%20lopes%20ferreira%202.htm>

De acordo com Isabel Lobo⁵⁰ a História da Literatura Cabo-verdiana regista dois sistemas, o tradicional oral e o “culto”. O romance *O escravo*, de José Evaristo de Almeida é um exemplo da vertente “cultu” e, ainda de acordo com esta autora, do ponto de vista pós-colonial, implica que esta expressão seja vista como construção do cânone literário cabo-verdiano. Lobo exclui, por este facto, a denominação de *literatura colonial*, muito embora Cabo Verde fosse colónia. *O Escravo* é considerado o primeiro romance cabo-verdiano, contudo, o autor é um português. A acção decorre, particularmente, na ilha de Santiago, na primeira metade do século XIX. Com características românticas, as personagens são, quase na totalidade, figuras africanas (negros, mulatos e mestiços), o espaço social é o da escravidão, porém, os senhores de escravos eram mulatos. Este romance procura compreender e valorizar o “nacionalismo” inerente ao Romantismo. Resulta assim uma leitura do social próxima aos ideais republicanos, nos quais a valorização das “origens” é fundamental para a afirmação de nacionalismo.

Arquipélago de Jorge Barbosa é o conjunto de poemas que dá o pontapé de saída, confirmado pela revista *Claridade* em 1936, na qual Baltasar Lopes publica parte do romance *Chiquinho*, com a parte II dedicada ao Mindelo; também Manuel Lopes dedica todo o conto de *o Galo cantou na baía* aos anos de maior sofrimento do povo mindelense e santantonense. No entanto, o escritor por excelência da cidade do Mindelo é António Aurélio Gonçalves.

Outros textos representativos deste período: Guilherme Dantas: *Bosquejos d’um passeio ao interior de S. Tiago*, 1912; António de Arteaga: *Amores de uma creoula*, 1911; Nhô José Pedro ou Scenas da ilha Brava, *Memória de um rapaz pobre*, romance, 1913; Eugénio Tavares: *Vida creoula na América*, 1912 - 1913 23, *A virgem e o menino mortos de fome*», 1913; *Dramas da pesca da baleia*, 1913.

Pode-se afirmar que o primeiro movimento poético cabo-verdiano desta vertente “cultu” irrompeu em 1890, reflectindo a dualidade da identidade cabo-verdiana

⁵⁰ Lobo, Isabel, *Las noveletas de António Aurélio Gonçalves: contradicciones y unidad*. Tese de doctorado, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2010.

deste período, o binómio mãe (Cabo Verde) / pátria (Portugal). Nascido na Brava, esta corrente literária considerada referencial e que se prolongou até 1930, teve como representantes poetas e compositores bilingues (crioulo/português) como Eugénio Tavares e Pedro Monteiro Cardoso.

Assim, estes autores que precedem os claridosos preenchem uma lacuna no quadro histórico da literatura cabo-verdiana, nos finais do século XIX e princípio do século XX, facultando, desde modo, certas condições propícias para a formação de uma literatura com características especiais.

É um facto que a literatura cabo-verdiana, como qualquer outra, sempre esteve interligada às mudanças político-sociais e ideológicas da história de Cabo Verde. Até aos anos 30, altura do aparecimento do movimento claridoso as obras deste período reflectem um espaço cultural onde se fixam os acontecimentos históricos. Como se disse, *O Escravo*, de Jose Evaristo de Almeida, é exemplo acabado – os acontecimentos republicanos em Portugal manifestam-se de modo particular em Cabo Verde e este é o pano de fundo do romance, ao gosto ultra-romântico. Nos finais de 1800, o nacionalismo de alguns escritores e intelectuais como Eugénio Tavares, José Lopes, Guilherme Dantas, entre outros, deve ser tomado nesta dualidade identitária de mãe e pátria. O resultado é a vivacidade de uma literatura cabo-verdiana incipiente, de tal maneira que, no início do século XX, entre 1920 e 1930, já subsiste uma elite ciente das dificuldades que atingem as ilhas.

Os pólos irradiadores de cultura são, nesse momento, as ilhas de S. Nicolau e Santiago assim como a de Santo Antão. S. Vicente destina-se a ser o pólo aglutinador da cultura e literatura cabo-verdiana a partir dos anos 30, pois Mindelo, com as suas características de cidade aberta ao mundo, cidade portuária servindo uma economia de carvão, e sendo a placa giratória entre os três continentes serviu também aos interesses do capital da Revolução Industrial. Aqui, está-se em contacto com as correntes e movimentos literários de diversos países, como o modernismo e o neo-realismo.

Deste modo, nas raízes da *Claridade* estão factores endógenos e exógenos, internos e externos a situação geral de Cabo Verde. Alberto de Carvalho (no

prefácio a *Chiquinho*) refere o conhecimento que os claridosos tinham do modernismo brasileiro (Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Lima, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira), tendo este servido de modelo consolidador da afirmação da realidade social e identitária bastante lúcida, uma consciência virada para as motivações de raiz cabo-verdiana. O foco da Claridade era a terra, a problemática socioeconómico, o povo das ilhas, a emigração para a América, como em *Chiquinho*, de Baltazar Lopes. Aí, o autor descreve de modo paradigmático e dialéctico a vida dos cabo-verdianos e dos emigrantes em Cabo Verde e em New Bedford. Este romance, à partida definido pela subepígrafe como cabo-verdiano, equaciona a vida de um povo, esboça o drama daqueles que decidem deixar Cabo Verde em busca de melhores condições de vida.

Teixeira de Sousa, no romance *Ó Mar de Túrpidas Vagas*, em jogo de intertextualidade, explicita, com uma morna de Eugénio Tavares, uma viagem de regresso a Cabo Verde; Teobaldo Virgínio, em *Tio Jonas*, sustentado na aventura marítima do seu tio Jonas, evidencia os problemas do emigrante na América; Donaldo Whanon publica a sua biografia no livro *A Minha Vida*, autêntica saga do cabo-verdiano.

Não restam dúvidas então que o Movimento Claridoso marca a viragem, na continuidade, para uma nova etapa da história da literatura cabo-verdiana, pois cria os novos cânones literários cabo-verdianos. Os fundadores, Baltazar Lopes, Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Pedro Corsino Azevedo, além da coadjuvação de outros, preocuparam-se em revelar as situações com que diariamente se defrontava o cabo-verdiano: as desgraças, a emigração, o desespero, as secas e os seus efeitos devastadores, como também o amor, a cultura, a necessidade de afirmação. A problemática socioeconómica, a configuração da imagem constante do mar, o mar e a viagem, a ilha como prisão, o sonho e a evasão como factor de libertação, são expoentes de maior importância para os claridosos, bem expressa

em *Arquipélago* (1935), *Ambiente* (1941) e *Caderno de um Ilhéu* (1956) de Jorge Barbosa; citamos a propósito o poema “Prisão”, deste autor: ⁵¹

*Pobre do que ficou na cadeia
de olhar resignado,
a ver das grades quem passa na rua!*

*pobre de mim que fiquei detido também
na Ilha tão desolada rodeada de Mar!...
... as grades também da minha prisão!*

Neste movimento, o contexto social e o homem cabo-verdiano são um só: a desventura, a evasão, o mar, a emigração, como soluções de liberdade, estão sempre presentes; mas o ponto de vista neo-realista surge com a poesia do grupo da *Certeza* (1944), do *Suplemento Cultural* (1958), do suplemento *Selo*.

Entre estas duas posições literárias e ideológicas, a do realismo da *Claridade* e a do neo-realismo da *Certeza* a diferença marca-se num jogo explícito e implícito.

Jorge Barbosa foi o precursor do realismo cabo-verdiano, pois, nas suas obras *Arquipélago*, *Ambiente* e *Caderno de um ilhéu*, inseriu, inteiramente, o homem cabo-verdiano e o seu contexto social; a sua poesia domina, com grande veemência, por várias décadas, o panorama poético cabo-verdiano. Para além de poetas brasileiros, como já foi mencionado, Jorge Barbosa foi bastante influenciado por um jovem poeta, voltado para o modernismo português António Pedro, depois de ter publicado o seu livro de poemas *Diário*.

Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Pedro Cursino Azevedo são encarados como escritores da primeira fase da *Claridade*. A escrita de Manuel Lopes é parecida com o de Jorge Barbosa; a diferença é que este tem um discurso mais colectivo, enquanto que Manuel Lopes tem um estilo mais discursivo, racional e também o seu discurso é mais personalizado, o que se pode observar nesta poesia “Poemas de quem ficou”, 1949:

⁵¹ *Apud* Fonseca e Moreira “*Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa*”, p. 6.

*Em que pensas, carvoeiro debruçado,
no cais deserto, sobre o mar,
cujas sombras, como a um morto,*

*o mar iluminado
embala?
sonhas a voz do porto
que já perdeu a fala?*

*Carvoeiro dos tempos idos,
- peça duma engrenagem inútil
tombada no chão:
eu sinto o drama do teu rosto limpo
onde não há vestígios de carvão!...*

A produção poética de Pedro Corsino Azevedo foi escassa e dispersa, não tendo publicado nenhum livro; porém, o grupo *Clareza* chegou a divulgar um trabalho póstumo. Ele foi considerado um dos precursores do modernismo cabo-verdiano, através dos poemas: *Terra – longe*, *Renascença* e *Galinha branca*, provavelmente escrita em 1930.

Baltasar Lopes utiliza uma linguagem rigorosa e bastante harmoniosa, mas, sobretudo, a sua obra poética é mais intelectual que os seus condiscípulos. Com o pseudónimo de Osvaldo Alcântara, os seus versos, idiomáticos e mutáveis, cobrem, visceralmente o universo da tradição social, com a sua cumplicidade. Ele assegura que o desejo, a esperança, a expectativa são questões que devem ser registáveis, como é reflectido neste poema, publicado em 1973, que “sagra -se pelo registo da esperança ao ritmo de uma pulsação radiosa, e nele, e com ele, Osvaldo Alcântara firma-se no chão real do espaço e do tempo cabo-verdianos” (cf. *Literaturas Africanas De Expressão Portuguesa I*, p.42)

Onde há o Tântalo de todas as recusas

e tudo gerou nada
e o tempo desembocou no presente
e no chão podre de húmus malditos
o presente só tem para ti uma colheita clandestina
esperança esperança esperança.

Certeza é a revista que segue a *Claridade*; surge em 1944, com novas concepções. Perfilha a corrente neo-realista, havendo uma progressão com a introdução da concepção dialéctica dada pelo marxismo; há uma dissociação em relação à *Claridade*, tanto a nível ideológico como a nível harmónico, mas houve participação de vários elementos do grupo *Claridade*. *Certeza* reconhece que parte da desventura que domina a população na terra é suscitada pela segunda guerra mundial.

Arnaldo França do grupo *Certeza* é um poeta de tendência ensaísta, apesar da sua obra literária publicada ser escassa, tendo divulgado uma pequena brochura *Notas sobre poesia e ficção cabo-verdianas*. No entanto, deixou indícios de um poeta lírico, mas realista em relação a aprendizagem poética. Para ele, a poesia é uma conquista bastante complexa.

Podiam-se citar outros poetas da *Certeza*, como Nuno de Miranda, ou António Nunes, o qual expressa explicitamente a dualidade entre colonizado / colonizador através da sua poesia *Poema de amanhã*», Aguinaldo Fonseca (precursor de “África” como essência da poesia cabo-verdiana), Gabriel Mariano, Onésimo Silveira (um dos primeiros a utilizar o crioulo de parceria com o português, no seu livro *Hora Grande*, 1962); Ovídio Martins, Yolanda Morazzo, Terêncio Anahory, são os componentes das revistas *Certeza* e *Suplemento cultural*, apesar de muitos deles terem participado na revista *Claridade*.

O *Suplemento Cultural* beneficiou do apoio das outras revistas, particularmente, da *Certeza*, encetando uma alteração da concepção regional para a nacional. Um dos seus organizadores, Carlos Alberto Monteiro Leite, afirma: “Cabo Verde, para nós, é uma realidade muito viva; queremos, por isso mesmo, exprimi-la com fidelidade, na Poesia, na Ficção, no Ensaio, do mesmo passo que diligenciaremos contribuir para o seu progresso cultural.” (*apud* Manuel Ferreira,

Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa, 1975, 156). Nos finais de 1958, os poetas do *Suplemento Cultural*, nas pessoas de Ovídio Martins, Gabriel Mariano e Onésimo Silveira, demonstram uma atitude de revolta e de insubmissão. Assim, na década de sessenta, há um panorama diferente, em relação à situação colonial, todos lutam pelo fim do colonialismo.

O mentor do grupo, Gabriel Mariano, sustentando a singularidade da cultura cabo-verdiana, outorga ao cabo-verdiano o dever da formação de uma nova sociedade; Aguinaldo Fonseca, a quem foi concedido o prémio de poesia num concurso do “Diário Popular”, é outro componente desta revista; Ovídio Martins, bastante ligado aos problemas da cultura do seu país, foi um dos fundadores da revista *Suplemento Cultural*, mas também colaborou em *Claridade* e outras; Onésimo Silveira, para além de ter colaborado na primeira revista, é um dos edificadores do *Suplemento*.

Assim, a geração de *Claridade* integrou-se totalmente na cabo-verdiana, lançando os alicerces para uma nova poesia: *Certeza* já constitui uma certa ruptura em relação à temática dos claridosos.

Conforme Semedo (2006), do ponto de vista linguístico houve nestes escritores três soluções: o fenómeno de se escrever ou só em crioulo ou só em português; (ii) o fenómeno de se misturar as duas línguas num mesmo discurso, isto é, introduzir palavras e estruturas do crioulo num texto em português; e (iii) o fenómeno de alternância de códigos, ou seja, iniciar a escrita numa das línguas (por exemplo, em português) e passar para a outra língua (neste caso, o crioulo), ou vice-versa.⁵²

1.2. Em S. Vicente

A importância da cultura e da literatura em S. Vicente reside no facto de o ambiente desta ilha ter sido propenso a que factores linguísticos diversos se entrecruzassem; assim, São Vicente constituiu-se como um importante centro do

⁵² cf. Artigo “Escritores cabo-verdianos são Trilingues”. Disponível em: <http://brito-semedo.blogs.sapo.cv/9853.html>

movimento claridoso, no qual vários escritores prosperaram naquele que é considerado o período de génese da literatura cabo-verdiana. Dos escritores e poetas são-vicentinos, os mais conhecidos são:

- Sérgio Frusoni (10 – 08 – 1901; 29 – 05 – 1975), poeta
- Corsino Fortes (1933), escritor
- João Vário (1937-2007), principal pseudónimo de João Manuel Varela, escritor, neurocirurgião, cientista e professor da Universidade de Antuérpia
- Manuel Lopes (1907-2005), escritor, fundador da revista *Claridade*
- Ovídio Martins (1928), poeta
- Onésimo Silveira (10 – 02 – 1935), poeta, diplomata e activista político
- Mesquitela Lima (10 – 01 – 1929; 14 – 01 – 2007), antropólogo, escritor, professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

Já vimos a contribuição de alguns destes escritores para a construção de uma literatura cabo-verdiana.⁵³

A literatura foi igualmente um estímulo para a descolonização do país. O despertar da literatura anticolonialista é assinalado pelo *Congresso de Bandung* em 1954. Tal muda o panorama dos países colonizados e abre os caminhos da Independência. Os cabo-verdianos de Dakar e Brasil foram os primeiros a dar o clamor da Independência, o que exalta uma reacção positiva nos círculos culturais, tanto em Cabo Verde como na emigração.

Assim, no exterior, a partir dos anos cinquenta, começa a despontar uma literatura clandestina quase notória, a denunciar a situação colonial. Luís Romano, após ter exercido várias profissões em Cabo Verde, viaja para o Senegal e o Norte de África antes de fixar no Natal, no nordeste do Brasil, onde publica o seu romance *Famintos*, em que denuncia as condições de trabalho em Cabo Verde, as fomes dos anos quarenta e a deportação de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe. Trata-se de um romance que abrange todas as comunidades cabo-verdianas emigradas numa luta de denúncia ao colonialismo,

⁵³ cf. O Artigo - *CLARIDADE” E A PLURALIDADE CULTURAL CABO-VERDIANA*, Disponível em <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=12935&idSeccao=441&Action=noticia>

a favor da Independência de Cabo Verde. Em 1956, Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo e poeta ocasionalmente, vai criar na Guiné-Bissau o Movimento de Independência da Guiné e Cabo Verde, que auferiu a adesão da juventude cabo-verdiana e de muitos escritores e compositores como Abílio Duarte, Ovídio Martins, Gabriel Mariano, Onésimo Silveira, Mário Fonseca, etc.⁵⁴

Inicia-se então uma divulgação de poemas de emancipação nas instituições de ensino e nas associações, tanto no país, como nas colónias de emigração: Abílio Duarte intensifica o seu engajamento musical libertando a morna dum certo sentimentalismo e integrando-a na luta revolucionária, com temas que, perpetuamente, ficam gravados na história de Cabo Verde; Mário Fonseca, publica *Quando o Vida Nascer*, no começo da juventude (início dos anos 60), expondo a sua rebeldia contra o colonialismo. Para ele, a vida vai nascer quando se lutar contra o conformismo, a melancolia e o medo, abrindo-se novos caminhos que não indicam o mar, a evasão, mas sim a terra pátria.

Outros poetas evidenciam a sua rebeldia contra o colonialismo, como Gabriel Mariano, autor do célebre poema *Capitão Ambrósio* (escrito em Portugal e publicado em Paris numa antologia organizada por Alfredo Margarido), Felisberto Vieira Lopes, sob o pseudónimo de Kaoberdiano Dambará, publica em Paris o livro de poemas *Noti*.

Como já vimos, na narrativa, o romance de Baltasar Lopes *Chiquinho* (1947), abre a sequência de ficção, precisamente, cabo-verdiana. Este romance descreve a realidade cabo-verdiana, em toda a sua amplitude. Emprega, constantemente, na linguagem expressões notáveis, da língua crioula, a primeira vez a ser utilizada. Baltasar Lopes é considerado o “pioneiro na busca de processos para a construção de novas línguas no espaço africano de expressão portuguesa”.⁵⁵

Outros escritores deram o seu contributo na ficção cabo-verdiana: Manuel Lopes com o primeiro texto ficcional da literatura moderna cabo-verdiana, *Um galo que cantou na baía*, António Aurélio Gonçalves, Teixeira de Sousa, Luís Romano,

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Cf. Literaturas africanas de expressão portuguesa I 1977, 60 – 61

Teobaldo Virgínio, Ovídio Martins, Gabriel Mariano, Onésimo Silveira, e muitos outros, que centraram na especificidade insular do país e denunciaram de forma viva e sensível os dramas da sociedade concernente: a seca, a fome, a emigração, grandes linhas temáticas da ficção cabo-verdiana.⁵⁶

Em síntese, traçamos um breve percurso da literatura cabo-verdiana, no sentido de mostrar como ela contribui para construção da identidade cabo-verdiana e em particular para a identidade sanvincentina.

2. A Educação e a Imprensa

Factos que modificaram o aspecto cultural em Cabo Verde foram a educação e a imprensa, que estão intimamente ligadas à literatura e fazem parte, desde meados do Século XIX, do dia-a-dia do cabo-verdiano,

O nascimento da imprensa foi em 1842, ano que, segundo Brito Semedo, se enviou para Cabo Verde a primeira tipografia. Neste mesmo ano, publicou-se a edição do primeiro número do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, a 24 de Agosto de 1842, na ilha da Boa Vista,⁵⁷ pois na época, a ilha vivia um período de prosperidade económica, resultante do comércio do sal. Também, fugindo das febres e do calor que assolavam a capital do país durante as épocas

⁵⁶ Segundo o professor Doutor Manuel Brito Semedo, a literatura cabo-verdiana está dividida em seis períodos:

1º PERÍODO - do movimento liberal ao fim da monarquia (1842 - 1910)

2º PERÍODO - da implantação da república à ditadura militar (1910 - 1926).

3º PERÍODO - da instauração da ditadura militar ao estado novo (1926 - 1933)

4º PERÍODO - do estado novo à independência nacional (1933 - 1975)

5º PERÍODO - da primeira república (1975 - 1990)

6º PERÍODO - da Segunda República (1991 - 2000)

Segundo Isabel Lobo, a literatura cabo-verdiana é delimitada, fundamentalmente por dois períodos: o ante-claridoso e o claridoso. O primeiro instituiu um agente de impulso ao segundo, que foi uma rotura reveladora e assumida pelo cabo-verdiano. O movimento claridoso atingiu pendências das mais variadas índoles, com a profundidade total na realidade do homem cabo-verdiano “evocando o lema do movimento “finçar os pés no chão”.

⁵⁷ Manuel Brito Semedo, 2006: 162, 163

das chuvas, os governadores da colónia ali chegaram para residir por longos períodos. Posteriormente, transferiram a imprensa para a ilha Brava. Isso deveu-se, também, à epidemia que então assolava a ilha de Boa Vista, o que obrigou os dirigentes a procurarem novas paragens.

O referido *Boletim* serviu tanto a Cabo Verde como a Guiné, até 1879; posteriormente, devido à separação daquela região do governo de Cabo Verde, ficou somente aos préstimos de Cabo Verde, denominado *Boletim Oficial do Governo da província de Cabo Verde*. (Brito Semedo, 2006: 163)

O papel cultural do Mindelo principiou a delinear-se a partir dos fins do século XIX, com a publicação nessa cidade de vários jornais, de entre os quais a célebre “Revista de Cabo Verde”, fundado em 1899 por Luís Loff de Vasconcellos, seu proprietário e director. Esse primeiro jornal sanvicentino conta com a colaboração do próprio Luís Loff de Vasconcellos, bem como de Eugénio Tavares, José Lopes e outros proeminentes intelectuais nativistas. No jornal, *Revista de Cabo Verde*, falam da instituição de um liceu em São Vicente. no ano subsequente. Os habitantes residentes dirigem uma petição ao ministro da Marinha e do Ultramar para que seja erigida na ilha uma instituição de ensino secundário e uma outra para o estudo das línguas estrangeiras.⁵⁸

Quanto à educação, muito cedo criou-se e desenvolveu-se o ensino primário e há a formação de bibliotecas e de associações culturais. Em relação ao ensino secundário, em 1916 foi extinguido o liceu de S. Nicolau. Na sequência desta cessação, foi instalada na cidade do Mindelo um novo Liceu, em 1917. Facto que sucedeu por causa, principalmente, do jornal e seus articulistas Eugénio Tavares e Luís Loff de Vasconcellos, e ainda dos defensores do Porto Grande e à acção de Augusto Vera-Cruz, então senador da República portuguesa, nascido na ilha do Sal e estabelecido no Mindelo como grande comerciante. Com efeito, o senador Vera-Cruz pôs a sua vivenda da Praça Nova à disposição das autoridades para a instauração do novo estabelecimento de ensino. Assim, pode-

⁵⁸ Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mindelo_\(Cabo-verde\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mindelo_(Cabo-verde))

se assegurar que a criação deste liceu na referida ilha foi fruto de um espírito de grande dinamismo e de muita tenacidade da parte de membros da comunidade mindelense empenhados em instituir o ensino secundário na localidade. Com esta instalação, a ilha está preparada culturalmente para reivindicar a se transformar capital do país.

Em 1917, data da sua fundação, a escola foi inaugurada com 31 alunos, denominada *Liceu Nacional*, que mais tarde se transformou em *Liceu do Infante D. Henrique*. Posteriormente, transferido para o novo edifício (actualmente *Liceu Velho*), e denominado *Liceu Gil Eanes*. Foi, sem dúvida, o centro de educação e cultura por excelência de todo Cabo Verde, pois aí convergiam e se integravam jovens de todas as ilhas. Os familiares mais abastados do arquipélago mandavam os seus filhos para estudar na ilha. Após a Independência, foi designado de *Liceu Lujero Lima*.

Com a instalação no Mindelo desse recém-criado Liceu, cessam as insistentes petições das elites praienses (personificadas em João de Deus Tavares Homem - o cabo-verdiano mais rico nesse período), que se encontravam revoltados, pois a cidade da praia está prestes a perder a categoria de capital, e consequentemente, as suas funções políticas, judiciais, culturais e económicas em favor de S. Vicente. Esta ilha época acha-se na época muito favorecida pelas dinâmicas económicas e sociais suscitadas pelo seu Porto Grande, contrariamente à Cidade da Praia, na ilha de Santiago. Os defensores da Cidade da Praia argumentavam que esta era a cidade capital da província, sede do primeiro Liceu de Cabo Verde, que a cidade usufruía de maior dinâmica cultural e também e aí se centralizava a maior parte da população cabo-verdiana. Grande contrariedade sofre também S. Nicolau, ilha na qual esteve primeiramente prevista a instalação do novo estabelecimento de ensino, que viria a substituir o Seminário-Liceu, ainda segundo Manuel Brito Semedo (2006). Outras ilhas, como Boa Vista, Brava e Santo Antão, sentiram-se sucessivamente alienadas e despojadas de todas as suas funções culturais.

A partir da fundação do seu Liceu, a cidade do Mindelo elege-se também como espaço de relativa democratização do ensino secundário, como, em 1952, constata Amílcar Cabral no “Boletim Cabo Verde” (“Breves apontamentos sobre a

poesia cabo-verdiana”), e, com a implantação da Escola Técnica, de acesso à formação técnico-profissional.

A par disso, o Mindelo vai consolidando o seu papel de lugar de convergência de letrados (e das suas memórias, experiências e vivências insulares originárias) e de centro de efervescência cultural.

A mudança de nome do Liceu – Liceu Infante Dom Henrique para Liceu de Gil Eanes - ocorre depois da extinção do mesmo liceu, em Outubro de 1937. Nesta noite, 28, o país esteve de luto porque a Rádio Colonial Português (RCP) propagou a informação de que tinha sido divulgado nesse dia um decreto extinguido o Liceu Central Infante D. Henrique de São Vicente. Na sequência do encerramento do Liceu, reuniu-se no dia seguinte, na Câmara Municipal grande parte da população, sob a presidência do Tenente de Infantaria, para mostrar a sua revolta. Desta tomada de posição resultou um telegrama ao Governador da Colónia. Doze dias após o encerramento do Liceu – 9 de Novembro - receberam um telegrama anunciando a sua refundação (curiosamente, em conjunção com a criação da Escola Comercial e Técnica do Mindelo e da Escola Agrícola de S. Jorge dos Órgãos, em Santiago). Decisiva para essa reabertura foi a reacção pronta das autoridades provinciais e locais e dos protestos uníssonos da muito activa sociedade mindelense, representada pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola do Barlavento, pelos Falcões de Cabo Verde, de Bento de Oliveira, bem como pelos Promotores da União Nacional, como elencam João Nobre de Oliveira, no monumental.

Vemos assim que o ensino e a imprensa periódica serviram para que os cabo-verdianos dessem maior amplitude ao combate na defesa dos seus interesses e contribuíram poderosamente para a formação de uma consciência de pertença a uma comunidade política, com uma identidade própria.

3. A música

Cabo Verde, ao longo da sua história, elaborou músicas tradicionais de uma surpreendente vitalidade, recebendo, mesclando, transformando e recriando

elementos de outras latitudes, que acabaram por dar origem a géneros fortemente caracterizados e enraizados no seu universo.

Os ritmos assim nascidos traduzem toda a susceptibilidade deste povo e integram, primeiramente, autênticas crónicas vivas e expressivas da sua vida, exprimindo a alegria, a nostalgia, a esperança, o amor, a jocosidade, o apego à terra, os problemas existenciais bem como a própria natureza.

O hibridismo destas manifestações, que Felix Monteiro designa por sincretismo. Inclui festas como as Bandeiras da ilha do Fogo, a tabanca, o batuque, a tchabeta da ilha de Santiago, o lundum, o colá, as festas juninas, por exemplo.

Igualmente encontram-se géneros vocais e instrumentais comuns a várias ilhas; outros próprios de uma só ilha, de duas ilhas vizinhas ou mesmo distantes. Contudo, os mais representativos de S. Vicente são a morna e a coladeira

Em São Vicente a música é uma manifestação cultural por excelência, ocupa uma posição de destaque na cultura da ilha. Os instrumentos mais utilizados são os de corda, como o violão, a viola, o cavaquinho e o violino, não faltando os trombones e outros instrumentos de percussão.

A música tem expressões muito próprias: a morna, música de “sôdade” e de amor, a coladera e o funaná, canções de alegria, sensualidade e também, de amor. A mazurca, a valsa e o samba também aparecem.

3.1. A Coladeira

A coladera começa a existir entre as décadas de 20 e 50 do século XX, mas não se sabe ao certo a partir de que momento. Quanto à maneira como ela surge, há consenso entre músicos e investigadores: nos antigos bailes ao som de grupos de «pau e corda» (guitarras, cavaquinho, violino), a dado momento da noite a sonoridade melancólica da morna acaba por parecer monótona. É então que alguém pede aos músicos que toquem no «contratempo». E logo a mudança de compasso, do quaternário para o binário, leva os pares a dançar com mais rapidez e vivacidade, reavivando a chama da festa e envolvendo a sala numa onda de animação pela noite fora. E assim, por volta dos anos 40,

apareceu a coladera, música urbana cabo-verdiana, inicialmente com a designação de «morna-coladeira».

É a partir dos anos 50 que este novo género musical irá afirmar-se, inicialmente na ilha de São Vicente, onde surgiram os seus principais compositores, e passa a ser a companheira das noites cabo-verdianas. Logo expande-se para todo o arquipélago e, na década de 60, assiste-se a um «verdadeiro surto» de coladera. Comovente e sacudida, a coladera tem, não só no ritmo, mas também nas letras particularidades opostas às da morna. Deixa-se de lado o romantismo e a melancolia para se fixar na sátira social, com um certo arrojo que muitas vezes chega ao «escárnio», característica presente, aliás, em outras formas musicais cabo-verdianas, como o finaçon (na ilha de Santiago) e o curcutiça (ilha do Fogo).

Os ritmos latino-americanos em voga nos anos 50 e 60, como a cumbia e o merengue, terão influenciado a coladera, assim como o samba, e a música brasileira, que, nas suas diferentes modalidades, foi sempre uma presença constante em Cabo Verde.

No seu livro *Mornas e Coladeras* de Frank Cavaquim, Moacyr Rodrigues escreve o seguinte: "As músicas estrangeiras como o Baião, o Fox e mais tarde a Cúmbia, vão nela deixar os seus vestígios (...). Em muitas ocasiões Merengues e Cúmbias estrangeiras são aproveitadas em ritmo de Coladeira."⁵⁹

Para Jorge Monteiro existem dois tipos de Coladera: a que nasceu da aceleração do andamento da morna, isto é, da passagem do compasso quaternário para o compasso binário, e a que nasceu da adaptação dos ritmos estrangeiros ao compasso binário.⁶⁰

⁵⁹ Cf. Moacyr Rodrigues, *Mornas e Coladeiras* de Frank Cavaquim, *Vida e Obra de Frank Cavaquim – Coladeras e Mornas*, 1997, Mindelo: Câmara Municipal de S. Vicente

⁶⁰ Cf. Margarida Brito, *Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde*, 1998 Disponível em: http://www.attambur.com/Recolhas/cabo_verde.htm#_ftn1

Para Eutrópio Lima da Cruz, a Coladera é resultante da passagem da Morna do compasso quaternário (4/4) simples, para o compasso binário composto (6/8).⁶¹

Neste ponto há que referir algumas das figuras paradigmáticas da coladera e também da morna: Frank Cavaquim, Ti Goy e Manuel d'Novas são alguns dos compositores mais lembrados quando se fala em coladera. Entre os criadores mais recentes, refira-se Constantino Cardoso, Boy Gé Mendes, Tito Paris, Toy Vieira. Os três primeiros aparecem também como intérpretes. Dudu Araújo, Maria de Barros e Mariana Ramos são algumas das vozes cabo-verdianas em que a coladera encontra canal de divulgação.

3.2. A Morna

A morna é a forma musical cultivada em todas as ilhas de Cabo Verde. De andamento lento, em compasso quaternário simples, esta música é a que mais caracteriza o cabo-verdiano. Quanto à sua origem tem sido objecto de atenção e de preocupação de vários estudiosos como Baltazar Lopes, Aurélio Gonçalves, Jorge Monteiro, Félix Monteiro, Manuel Ferreira, Eutrópio Lima da Cruz e Vasco Martins.

Analizando e comparando as mornas de várias gerações, das mais antigas até os mais recentes, verifica-se que a morna sofreu evoluções, muito embora tenha conservado o seu ritmo. No caso de Brada Maria, considerada a mais antiga de Cabo Verde, e segundo Eugénio Tavares, oriunda da ilha Brava, tem um andamento um pouco menos lento que as posteriores, o tema é único, sem partes contrastantes, e o ritmo é menos sincopado.

Conforme Germano Lima, as mornas de B. Leza, são diferentes das de Eugénio Tavares, pois revelam um novo conceito de morna, tanto na melodia como na poética.⁶²

⁶¹ Ibidem

⁶² Cf. Artigo de António Germano Lima, disponível em:
<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/dspace/bitstream/123456789/190/1/TextoBL2.pdf>

A riqueza harmónica das mornas do primeiro ganha com a introdução dos acordes de passagem e, segundo Baltazar Lopes, isso verificou-se pela influência que Luís Rendall exerceu sobre B. Leza. Vasco Martins em *A Música Tradicional Cabo-Verdiana – I A Morna*, referindo-se ao mesmo assunto, diz: "As situações harmónicas tornam-se mais complexas a partir de Luís Rendall e B. Leza, no emprego de acordes modulativos [...] quase sempre a modulação é ao tom relativo maior ou menor e é uma característica ao mesmo tempo, que os acordes de passagem, das mornas do B. Leza e pós B. Leza. Hoje assiste-se também a uma predominância do tom maior relativo, o que produz um novo ambiente à morna, menos dramática e melancólica."⁶³

A própria temática das mornas mudou, embora o mar, o amor, o amor à terra natal, temas que tantos poetas cantaram, estejam ainda presentes.

A morna é, e será sempre a música mais representativa do cabo-verdiano. Por muito que as pessoas temam pela sua deturpação, ela já sofreu influências várias no passado e poderá vir a sofrer ainda outras, mas permanecerá sempre como um símbolo cabo-verdiano.

Se B. Leza não tivesse feito a introdução e as modificações de ordem cromática a nível da harmonia, hoje não se teria mornas como *Eclipse*, *Noite de Mindelo*, *Lua Nha Testemunha* e tantas outras, que serão sempre escutadas com o mesmo deleite musical.

De entre os vários músicos cabo-verdianos originários desta ilha, podem-se destacar:

- Cesária Évora, cantora, rainha da morna, também conhecida como "a diva dos pés descalços"
- Luís Morais (1934-2002), compositor, flautista, saxofonista e clarinetista, fundador da "Escola Musical do Mestre Luís Morais"
- Vasco Martins compositor, entre outros.

⁶³ Vasco Martins em *A Música Tradicional Cabo-Verdiana*

Como exemplo, e para finalizar este ponto, apresentamos o extracto de uma música de B. Leza, cantada por Cesária Évora:

“Lua nhâ testemunha”

Lua nha companheira di solidão
Lua vagabunda di espaço
Qui conchê tudo nha vida
Nha desventura.
El qui ta contá – bo nha cretcheu
Tudo o qu’ m tem sofrido
Na ausência e na distância
(...)

4. O Teatro

Em Cabo Verde, o teatro revelou-se desde a época colonial, mormente o teatro de raiz populista e religiosa, ligado aos cultos sagrados e aos rituais de trabalho. A representatividade cénica cabo-verdiana foi, ainda, oriunda do teatro medieval português e do teatro africano.

Ao longo da sua história teatral, Cabo Verde sempre viveu ciclos de grandes entusiasmos a que se seguiam de outros de marasmo e esquecimento, ou seja, o teatro evoluiu de maneira inconstante. Segundo Mário Matos (um estudioso da história do teatro cabo-verdiano), "O teatro em Cabo Verde teve períodos bons, em que mostrou uma face francamente positiva, e momentos de retrocesso, próprios de sociedades de deficiente evolução, com crises mais ou menos agudas, que desde os primórdios da descoberta, caracterizaram o húmus cultural das nossas ilhas".⁶⁴

Não se pode falar de teatro sem primeiramente explicar de forma alargada a actividade teatral, para que se possa incluir nela certas manifestações lúdicas e cénicas; a peça de teatro é a que tem um enredo, personagens, um cenário e um

⁶⁴ Cf. Mário Matos, citado por Miguel Estevão in <http://www.portugal-linha.pt/mindelact/>

público. Essa redefinição conceptual permite abordar tempos e manifestações de uma conceptualização mais restrita e restritiva, mas também mais etnocêntrica na actuação. Antes do século XIX, sob a influência das Luzes, inaugurou-se um movimento de modernização da sociedade cabo-verdiana, que fez surgir entre nós sociedades recreativas e culturais, antes das reformas oitocentistas que lançam o ensino público, a imprensa, a burocratização do Estado e as elites letradas. Este tempo inicial foi matricial por editar marcas indestrutíveis à identidade colectiva do cabo-verdiano.⁶⁵

A cristandade, por seu turno, sempre se serviu do teatro para conquistar laicos, especialmente quando vinham de outras culturas e outras religiosidades. As ordens religiosas usaram o teatro para cristianizar e evangelizar os indivíduos.

Mas não havia provavelmente dimensão da vida que fosse objecto de maior teatralização do que a morte. Na Ribeira Grande, Santiago, o teatro da morte era arma contra a ideia absurda da morte, do desaparecimento eterno, do olvido, da corrupção do tempo. A teatralização da morte tende a perpetuar a memória da vida dos grandiosos. Isso era o que se pode chamar de teatro "par le haut".

Havia igualmente na Cidade Velha o teatro urbano dos desventurados e dos exclusivos de poder. É o teatro "par le bas". Os forros organizavam o foro (a cinza), o Reinado (com as suas hierarquias, personagens, trajes, desfiles) e as zambunas. Isto foi o primordial evento consciencioso de teatralização verdadeiramente cabo-verdiano.⁶⁶

O primeiro centro é o da cidade da Praia - Teatro *D. Maria Pia de Sabóia*, inaugurado em 1863, traçado à imitação do Teatro de Lisboa, gerido pela Sociedade Dramática Africana, e que sobreviveu até o século XX e que teve como figura principal Eugénio Tavares (poeta, escritor, jornalista e músico, 1867-1930).

⁶⁵ *Ibidem.*

⁶⁶ Disponível em: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=160881&visual=3&layout=10>

Em São Vicente, antes dos anos trinta do século vinte, não terá tido iniciativas locais para a encenação de peças teatrais, pois não há conhecimento deste assunto. Depois desta altura, com a fundação do grupo *Sokol's* (organização internacional de jovens formada em 1934) em São Vicente, começou-se a fazer teatro com uma certa estrutura, pois este grupo apresentou um espectáculo teatral metódico e bastante cómico. Esta encenação serviu de suporte a outras apresentações que surgiram mais tarde: *Mindelense* e *Sporting* (clubes que, no Cineteatro Éden-Park, apresentaram algumas cenas); *Troupe Cénica Tropical* – TCT (nos anos quarenta), *grupo de Militares portugueses* (com exibições de comédias e revistas); *Os Sempre Fixes* (grupo amador que apresentou vários espectáculos teatrais); Castilho, Amarante e Académica (estes três últimos surgiram nos anos cinquenta depois da passagem em Mindelo, de vários artistas teatrais, e Sérgio Frusoni redigiu e compôs a primeira pequena ópera apresentada, versando assuntos do quotidiano mindelense), Grupo de Teatro de Estudantes de Coimbra – T.E.U.C. (esteve em S. Vicente em 1960, por ocasião das celebrações Henriquinas), entre outros, tanto nacionais (como “*os Alegres*”, que apresentaram cenas inspiradas na obra de Manuel Lopes, *Chuva Braba* - “*Mar-av-Ilhas*”, “*Renascença*”,...), como estrangeiros que passavam na cidade.

Recentemente, surgiram outros grupos, destacando-se o grupo Teatral do Centro Cultural Português do Mindelo, dirigido pelo encenador João Branco, que em 1991 desembarcou em Cabo Verde como jovem director de teatro. Em 1993, fundou o Grupo de Teatro do Centro Cultural do Mindelo e hoje é director artístico, encenador e historiador do teatro local. Numa entrevista ao jornal “A Semana”, ele afirma que “a cidade do Mindelo é “uma cidade tremendamente fotogénica! E tem sido, em vários filmes aqui rodados, uma personagem marcante dos mesmos. Pela sua beleza, luminosidade, simpatia, diversidade de cenários... pela sua fotogenia.” ⁶⁷

Para João Branco, o cabo-verdiano tem uma forte conexão à comédia, que advém desde o surgimento do teatro no arquipélago, a princípio como uma forma de adaptação da revista portuguesa, importada pelos portugueses que viviam em

⁶⁷ Disponível em: <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article5365&ak=1>

Cabo Verde, ou trazida pelas tropas expedicionárias que passavam por Cabo Verde. O cabo-verdiano transformou a revista portuguesa e criou um novo feitio, “a comédia urbana crioula”, que evoluiu sobretudo no Mindelo, nos clubes. Tal fenómeno foi o responsável por uma grande movimentação cultural durante três/quatro décadas, dos anos 40 aos 70, até a independência do país. Assim, o entusiasmo do cabo-verdiano pela comédia teatral nunca morreu, mas sim progrediu apesar dos altos e baixos.

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que o aspecto cultural influiu de diversas maneiras na construção da identidade mindelense e que a cultura, juntamente com a língua crioula, são factores que contribuem para o carácter eclético do Mindelo.

Conclusões

À guisa de conclusão, apresentaremos aqui uma série de reflexões sobre a *identidade cultural e linguística da cidade do Mindelo (1850 – 1975)*.

Num breve panorama sociocultural do país verificámos que a cultura cabo-verdiana é híbrida. O povoamento do arquipélago realizado por etapas distintas permitiu que a formação social e cultural fosse mais complexa do que a princípio se poderia conceber. A transculturação operada deverá ser vista como um processo de adaptação e transferência do exterior para o interior do arquipélago, numa primeira fase, e, logo a seguir, uma complexificação, com a transposição de escravos em homens forros e livres, filhos da terra e brancos, nas diferentes ilhas. O resultado social é aquilo que Gabriel Mariano designa por uma ascendência vertical, de baixo para cima, ou seja “do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou”.⁶⁸ Em termos culturais, este hibridismo verifica-se nos dois sentidos: das classes da base da pirâmide para o topo e do topo para a base da pirâmide.

Com um povoamento diferente e tardio, a cidade de Mindelo, devido à atracção que o porto exercia como fonte de emprego, a partir da segunda metade do século XVIII, tornou-se uma cidade bastante movimentada, recebendo populações provenientes de todas as ilhas do arquipélago e estrangeiros. Tal situação, trazendo aspectos positivos e negativos, fez com que a cidade tivesse uma civilização culturalmente díspar: com as extraordinárias instalações carvoeiras na cidade a partir de 1938, houve uma grande circulação de pessoas e também um desenvolvimento da ilha em todos os aspectos, inclusivamente a língua, que constitui o alicerce da identidade sanvicentina. No entanto, com o retiro dos ingleses da ilha, a situação socioeconómico agravou-se provocando uma grande crise em todos os níveis, inclusivamente na saúde. Os Estados Unidos e a Europa foram a solução, recebendo emigrantes desta ilha e não só, melhorando, desta maneira, as condições de vida dos familiares das pessoas emigradas.

⁶⁸ Título de uma das suas obras; ver bibliografia.

Num segundo momento, em que enunciámos o crioulo como factor de identidade de Cabo Verde, abordámos alguns conceitos relacionados com a língua, em geral, e os crioulos, em particular. Verificámos que o crioulo de Cabo Verde, língua autónoma, independentemente do processo da sua formação, para além de valorizar a cultura cabo-verdiana, vem conquistando cada vez mais atenção dos estudiosos, mesmo que a partir do século XX o processo de descrioulização tenha afectado um pouco a língua cabo-verdiana, principalmente a variante de São Vicente; com efeito, nesta ilha a aculturação europeia é mais evidenciada e tem uma propensão urbana, tendo amalgamado uma cultura proveniente da fusão de paradigmas sociais e culturais de origens distintas.

Verificámos que a situação linguística da ilha de São Vicente e em Cabo Verde é complexa, oscilando entre o bilinguismo e a diglossia. Pode-se considerar Cabo Verde um país bilingue, se estivermos de acordo com T. Macnamara, que afirma ser apenas necessário ter aptidão mínima numa das quatro capacidades linguísticas nos dois idiomas em causa. Se encaramos o problema como Dulce Almada, para quem o bilinguismo é a existência de duas línguas em que ambas possuem o mesmo estatuto, então deparamos em Cabo Verde com uma situação de diglossia, pois o crioulo é a língua de oralidade, falada por qualquer cabo-verdiano, mas não é a língua dominante, nem de contacto fora de Cabo Verde, apesar de pertencer a muitos espaços internacionais (os países onde o crioulo é língua materna de emigrantes), enquanto o português é a língua que o liga ao mundo, é a língua oficial, da escrita, a língua com estatuto internacional.

Comparando o crioulo, variante de São Vicente, com o português padrão, nota-se que existem muitas alterações em todos os domínios da gramática, apesar de ser um crioulo de base portuguesa. Do ponto de vista lexical conservou-se muito da língua portuguesa; conforme Baltasar Lopes afirmava, esta língua teve de suportar uma grande disputa com as línguas africanas e nesta luta o português venceu mas “ficou coberto de cicatrizes”. Os outros níveis (morfologia, sintaxe, semântica e fonologia) sofreram mudanças e alterações em relação ao português padrão. Colocámos em evidência a presença de vogais nasais abertas, inexistentes em Português; do ponto de vista morfossintáctico, na língua cabo-verdiana há uma inexistência do tempo e da flexão verbal, fraca utilização das

preposições, utilização, às vezes, de adjectivos em vez de advérbios. Verificámos que o nome nem sempre vem acompanhado de artigo e que o nome normalmente não tem plural.

Em relação ao terceiro capítulo, vimos que a abertura do liceu em São Vicente e a igreja, com a catequização dos nativos, foram cruciais para a formação do movimento literário cabo-verdiano. O facto de se situar em Mindelo o único liceu da zona norte fez com que aqui se formassem muitos dos intelectuais do arquipélago, colaborando, desta forma, para o crescimento da consciência nacional cabo-verdiana. Assim, a ilha ficou favorecida a nível da educação, em relação ao resto do arquipélago. Referimos de forma breve alguns nomes importantes da literatura, assim como outras manifestações culturais, como a música e o teatro, que contribuíram para a afirmação da identidade cabo-verdiana e sanvincentina, em particular.

Esta situação não está isenta de conflitos e circunstâncias históricas e geográficas específicas criaram “ilhas” culturais; mas tal não põe, em causa de forma alguma, uma identidade cultural cabo-verdiana, podendo afirmar-se que faz parte da identidade cabo-verdiana uma dose considerável de diversidade.

Neste panorama, São Vicente é uma ilha marcada pela sua estrutura económica, pela cultura, mas também pela ascendência de parte da sua população, pelo passado áureo de verdadeiro entreposto comercial e ponto de ancoragem marítima nesta zona do atlântico, tendo sido ilha de contacto com o exterior. Esta ilha já foi, no passado, o que Cabo Verde pretende ser no futuro.

Confessamos que esta dissertação nos permitiu conhecer melhor a situação linguística, cultural e literária de São Vicente; mas ficamos com a sensação de que agora é que devemos iniciar uma pesquisa, pois diversas questões deveriam ter sido mais aprofundadas.

Bibliografia

Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade de Mindelo, 1984, Praia, Ministério da Habitação e Obras Públicas, ed. do Fundo de Desenvolvimento Nacional - Ministério da Economia e das Finanças.

ALBUQUERQUE, Luís e SANTOS Maria Emília Madeira, (coordenadores), *História Geral de Cabo Verde*, 1991, vol. I.

ANDRADE, Elisa Silva, *As Ilhas de Cabo Verde, da descoberta à Independência Nacional (1460 – 1975)*, trad. por Amélia Sanchez Araújo, introd. Michel Lesourd, Paris : L'Harmattan, 1996.

BAGNO, Marcos, *A Escola entre a Ciência e o Senso Comum*, 2007.

BARBOSA, Jorge, In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. Disponível na www: URL: [http://www.infopedia.pt/\\$jorge-barbosa](http://www.infopedia.pt/$jorge-barbosa).

BARBOSA Jorge, *Ambiente – poemas de Jorge Barbosa* - colectânea, 1941, Praia Minerva de Cabo Verde.

BARBOSA Jorge, *Arquipélago – poemas de Jorge Barbosa*, 1935, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Coleção: Poesia, Editorial Claridade *Publicada por BMF*.

BARBOSA Jorge, *Caderno de um Ilhéu*, 1956, Lisboa: Agência Geral do Ultramar Barlavento e de Sotavento, em Cabo Verde, Comunicação ao Congresso Anual.

BAXTER, A., Línguas Pidgin e Crioulas, 1996, In I. H. Faria e *al.* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Ed. Caminho.

BERCELOS, Cristiano José de Senna, *Subsídios para a história de C. Verde e Guiné*.

BICKERTON, Derek, *Sintaxe crioulo havaiano*, 1977, Honolulu, University of Hawaii, manuscrito não publicado.

BLOOMFIELD, Leonard, 1935, *Aspectos linguísticos da Ciência - Philosophy of*

Science 2 disponível em:

[http://www.revel.inf.br/site2007/pdf/5/artigos/revel 5 bilinguismo e educacao bilingue.pdf](http://www.revel.inf.br/site2007/pdf/5/artigos/revel%205%20bilinguismo%20e%20educacao%20bilingue.pdf)

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, 1999, 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Postado.

BRITO, António de Paula, *Dialectos crioulos-portugueses - Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde*, 1887.

BRITO, Ana Maria, Guião de *Linguística Africana*, *As Línguas em África*, distribuídas no seminário em Mindelo, Abril 2007.

BURKE, Peter, *A Arte da Conversação*, 1995, Trad. de Álvaro Luiz Hattner – “The Art of Conversation”, São Paulo, Editora UNESP.

CARREIRA, António, *O Crioulo de Cabo Verde – Surto e Expansão*, 1982, Lisboa, 2ª edição

CARREIRA, António, *Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde*, 1987, (recolha e anotações), Praia, Ed. patrocinada pela presidência da República de Cabo Verde.

CARREIRA, António, *CABO VERDE – formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, Ed – Gráfica Europam, Lda, 1983, 2ª Edição.

CASTELLS, Manuel, *O Poder da Identidade*, 1999, Editora Paz e Terra.

CASTRO, Ivo de, 2004. *Introdução à História do Português – Geografia da Língua*, português Antigo. Lisboa: Eds. Colibri.

CASTRO, Ivo de, 2000, *Pidgins e Crioulos de Base Portuguesa*, (Site de História da Língua Portuguesa), coordenado por: Instituto Camões, Edição *on line*.

COELHO, F. Adolfo, *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América do Norte - Crioulo da Ilha de Santiago*, 1880.

CORREIA, Cláudia, *A cidade do Mindelo nos séculos XIX – XX*, In. Separata do nº 4, Especial.

Costa, Arlindo, *O Crioulo como Língua de Escolarização em Cabo Verde - Ensino Básico*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTA, Joaquim Vieira Botelho & DUARTE, Custódio José, *O crioulo de Cabo Verde - Breves estudos sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde*,

COUTO, Hildo, Honório, *A Questão da gramaticalização nos estudos crioulos*, Universidade de Brasília, disponível em:

<http://vsites.unb.br/il/liv/papers/gramat.htm>

CRYSTAL, D., *La diversité linguistique: un atout pour l'humanité*, 2000, Courrier International.

DAVIDSON, Basil, *As ilhas afortunadas: um estudo sobre a África em transformação*, 1988, Lisboa: Editorial Caminho, trad. José Garibaldi, Título original: "The fortunate isles".

DUARTE, Dulce Almada, *bilinguismo ou diglossia?*, Speen – Edições, 1998, Praia – Cabo Verde.

DUARTE, Dulce Almada, *Cabo Verde - Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*, 1961.

EDWARDS, J. V., *The Handbook of Bilingualism*, 2004, Foundation of Bilingualism, In: Bhatia.

ERIC Hobsbawm e TERENCE Ranger (Orgs.), *A Invenção das Tradições*, 1997, Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro.

FANHA, Dulce, in "Aspectos do contacto entre o português e o crioulo de Cabo Verde", separata do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo, 1983, Lx. Vol.II.

FARACO, Carlos Alberto, *Linguística histórica*, 2005, São Paulo, Parábola.

FERGUSON, Charles, *Diglossia*, 1959, In Giglioli P. ed. 1972.

FERNANDES, Gabriel, *Em busca da Nação*, 2005, Editora da UFSC- Florianópolis.

FERNANDES, Armando Napoleão Rodrigues, *O dialecto crioulo - Léxico do dialecto crioulo do Arquipélago de Cabo Verde*, 1969.

FERREIRA, Manuel (organização), *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I e II*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Col. "Biblioteca Breve".

Ferreira, Manuel (organização, selecção, prefácio e notas), *No Reino de Caliban – Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa I*, 1975, Seara Nova, Lisboa, 1º Volume

FERREIRA, Manuel, *O círculo do mar e o terra-longismo em Chiquinho de Baltasar Lopes*, 1972, Colóquio-Letras 5.66-70

FERREIRA, Manuel e MARTINHO, Ana M. (organizadores), 1994, *Dicionário das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Crioulos de base Portuguesa*, Plátano Editora.

FIGUEIREDO, Olívia Maria e de Figueiredo, Eunice Barbieri, *Dicionário Prático para o Estudo do Português – Da Língua aos discursos*, 2003, Porto, Asa Editores, S.A. 2ª Edição.

FILHO, João, Lopes, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, 2003, Praia, Instituto Superior de Educação – República de Cabo Verde.

FISHMAN, Joshua, e COOPER R.L., *Um censo sociolinguístico de um bairro bilingue. Bilinguismo em Barrio*, 1971, Bloomington: Indiana University.

FONTES, Elsa Maria Lopes, *O Bairrismo Em Cabo Verde – Santiago E São Vicente*, 2004, Lisboa.

FONSECA, Maria Nazareth Soares e Terezinha Taborda Moreira, *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa*, disponível em http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf

FRUSONI, Sérgio, in *Miscelânea luso-africana - Textos crioulos cabo-verdianos – crioulo de São Vicente*, 1975 coord. Marius F. Valkhoff.

GALLOSSON R. e COSTE D., *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, 1983, Livraria Almedina.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. 1989, LTC Editora S.A.

CAGLIARI, Luiz Carlos, *Diante das Letras, a escrita na Alfabetização*, 1999, São Paulo: Fapesp.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 1999, 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HOLM, John, *Pidgins and Creoles*, 2000, Vols. I e II, Cambridge University Press.

LAKATOS, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes*, 1978, Cambridge University Press

LEZA, B., *Razão da amizade Cabo – verdiana pela Inglaterra*, 1950, Portal Literatura, 2ª Edição.

LEITE, Dante Moreira, *Caráter Nacional Brasileiro - História de uma Ideologia*, 1969, 2a ed., São Paulo.

LIMA, Mesquitela, *A poética de Sérgio Frusoni - uma leitura antropológica* 1992, Lisboa / Praia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.

LOBO Isabel, *Las noveletas de António Aurélio Gonçalves: contradicciones y unidad.*, 2010, Tese de doctorado, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba.

LOPES, Baltazar, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Imprensa Nacional – Praia, 1956.

HARMERS, J e BLANC, M., *Bilinguality and Bilingualism*, 2000, Cambridge University Press, 2000.

MACKEY, W., *The Description of Bilingualism*, In: Li Wei, *The Bilingualism Reade*, 2000, London, New York : Routledge.

MACNAMARA, T. (1996) *Measuring second language performance*, Londres e Nova Iorque, Longman.

MARIANO, Gabriel, *Cultura Caboverdeana – Ensaio*, 1991, Lisboa.

MARIANO, Gabriel, *Do funco ao sobrado, ou o mundo que o mulato criou - ensaio*, 1959.

MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, 1989, Editorial Caminho, S A, Lisboa, 4ª Edição.

MATOS, Mário da Silva, *Contos e Factos*, Mindelo – 2000, S/E Gráfica do Mindelo.

MESQUITA, Roberto Melo, *Gramática da língua portuguesa*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

NARO, Anthony, *A study on the origins of pidginization. Language*, 1978.

PARDAL, Ernesto, D'Andrade e Alain Kihm, *Actas Do Colóquio Sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*, Universidade de Lisboa, Edições Colibri.

PEIXEIRA, Luís de Manuel de Sousa, *Da Mestiçagem À Caboverdianidade, Registos de uma Sociocultura*, Edições Colibri, Lisboa, Junho de 2003, 1ª edição.

PEROTTI, António, 1997, disponível em:

<http://www.entreculturas.pt/Glossario.aspx>

PEREIRA, Dulce, *O Crioulo de Cabo Verde* in *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, 1996, Isabel Hub Faria et al. (orgs.), Lisboa, Ed. Caminho.

PEREIRA, Dulce, *Argumentos históricos e linguísticos contra a oposição entre crioulo de Barlavento e de Sotavento, em Cabo Verde*, Comunicação ao Congresso Anual da Associação de Crioulos de Base Portuguesa e Espanhola, Coimbra, 27-30 de Junho 2006.

PEREIRA, Dulce, *O Essencial Sobre Crioulos de Base Portuguesa*, 2006, Lisboa, Editor: Editorial Caminho, Col. O Essencial sobre Língua Portuguesa.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1992, Lisboa, Gradiva.

RAMOS, Ivone Maria, *Uma pesquisa sobre o crioulo cabo-verdiano e suas funções*, Tese de licenciatura, 2008, Departamento de Estudos Portugueses, Universidade de Utreque.

RAMOS, Manuel Nascimento, *Mindelo D`Outrora*, Mindelo, 2003.

RODRIGUES, Moacyr e LOBO Isabel, *A morna na literatura tradicional*, 1996, S. Vicente: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Estudos e ensaios.

RODRIGUES Moacyr, *Vida e Obra de Frank Cavaquim – Coladeras e Mornas*, 1997, Mindelo: Câmara Municipal de S. Vicente.

RODRIGUES Moacyr, *Cabo Verde – Festas de Romaria Festas Juninas*, 1997, Mindelo: Autor.

RODRIGUES Moacyr, *Mornas e coladeiras de Frank Cavaquim*, 1992, Mindelo.

SAIAL, Joaquim, *Capitania – Romance de S. Vicente de Cabo Verde*, Outubro 2001, ISBN: 972-46-1284-8.

SAUSSURE, Ferdinand, *Curso de Linguística Geral*, Editorial D.Quixote, 7ª Edição, Janeiro de 1995.

SEMEDO, Manuel Brito, *A Construção Da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, IBNL Praia 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II, Editorial Verbo, 3ª Edição.

SCHUCHARDT, *Crítica ao Trabalho de Botelho da Costa e Custódio Duarte*, in *Literaturblatt*, 1887

SILVA, António Leão Correia e, *Histórias de um Sahel Insular*, Spleen Ed., Praia - C. Verde, 1995.

SILVA, António Leão Correia, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo - Documentos para a História de Cabo Verde*, 2005, Praia – Mindelo, Instituto Camões, 2.ª ed.

SILVA, António Correia, *Do crepúsculo do Porto Grande ao despertar dos movimentos políticos no Mindelo (1891-1894)*, 2000, In *Anais*. - Vol. 2, nº 1.

SILVA, António Correia, *Subsídios para a história geral de cabo verde : as secas e as fomes nos séculos XVII e XVIII*, 1994, In *Studia*, Nº 53.

SILVA, António Correia, *Cabo Verde - Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460-1878)*, 1983, ICL, Lisboa.

SILVA, Baltasar Lopes, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde – Escritores dos países de Língua Portuguesa*, Imprensa Nacional, 1984.

SILVA, Luiz, *Os Exílios na Literatura Cabo-verdiana*, (Artigo), 5 de Julho de 2006, Paris, Disponível em:

http://www.islasdecaboverde.com.ar/islas_de_cabo_verde/noticias/os%20exilios_na_literatura_caboverdiana.htm

SILVEIRA, Onésimo – in *Raízes*, n.º 7/ 16, Ano IV, Praia, janeiro de 1978 a Dezembro de 1980.

SILVEIRA, Onésimo, *Subsídios para o regionalismo em C. Verde*, Mindelo, 2000.

SILVESTRE, Osvaldo Manuel, *Acerca de Baltazar Lopes*, in *Poesia & Lda.: 1 de Março 2010*, disponível em poesiailimitada.blogspot.com/2010_03_01_archive.html

SWOLKIEN, Dominika, *The Cape Verdean Creole of São Vicente – its genesis and development*, tese de Doutoramento em preparação, Universidade de Coimbra.

Thomason, Sarah G., and Terrence Kaufman (1988). *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis, *Lições de Filologia Portuguesa, (segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/1912 e de 1912/1913), 1945*. Seguidas das Lições práticas de português arcaico (revista), Lisboa, 2ªed.

VEIGA, Manuel, *A Construção Do Bilinguismo*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2004.

VEIGA, Manuel, *O Cabo-verdiano Em 45 Lições - Estudo sociolinguístico e gramatical*, 2002, INIC, Praia.

VEIGA, Manuel, *O crioulo de Cabo Verde - Introdução à gramática*, 1996, 2ª ed., Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

VILELA, Mário, *O Cabo-Verdiano visto por Cabo-Verdianos*, Revista da Faculdade de Letras — *Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII, Porto, 2005, pp. 633-653, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4749.pdf>

WEBER, Max, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* - Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994 disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/366.pdf>

WEI, Li, *The Bilingualism Reader* 2000, 1ª Edição, London: Routledge.

XAVIER, Maria Francisca e Mateus, Maria Helena (organizadoras), *Dicionário de Termos Linguísticos*, Associação portuguesa de Linguística - Instituto de Linguística Teórica e Computacional, S /D volume 1, Edições Cosmos, 1º Volume.

Índice

Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Introdução.....	6
Capítulo I - Cabo Verde: breve panorama sociocultural.....	11
1. Alguns dados históricos.....	11
2. As tentativas de povoamento e evolução da população.....	12
3. A influência do Porto Grande no Desenvolvimento do Mindelo.....	15
4. As companhias carvoeiras e a sua repercussão na vida económica e social na cidade.....	16
5. Os ingleses e o seu dinamismo no Mindelo.....	19
Capítulo II - O crioulo como factor de identidade de Cabo Verde.....	25
1. O crioulo – sua formação e expansão em Cabo Verde.....	25
2. O Crioulo de Cabo Verde como factor identitário de Cabo Verde.....	32
3. Sobre a noção de identidade e de identidade cabo-verdiana.....	34
4. O bilinguismo como factor de desenvolvimento.....	37
5. Breve estudo linguístico comparativo entre CCV e Português, com especial destaque para a variante de S. Vicente.....	43
5.1. Algumas diferenças e semelhanças entre o CCV e o Português nos aspectos fonético e fonológico.....	44
5.2. Alguns aspectos morfosintácticos do CCV e da variante de S. Vicente em particular.....	54
Capítulo III - A identidade cultural e literária de S. Vicente.....	64
1. A Literatura.....	64
1.1. Aspectos gerais dos movimentos literários em Cabo Verde.....	64
1.2. Em S. Vicente.....	71
5. A Educação e a Imprensa.....	74
6. A Música.....	78
6.1. A Coladeira.....	78
6.2. A Morna.....	80
7. O Teatro.....	82
8. Conclusões.....	86
9. Bibliografia.....	89
Índice.....	97